

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ

ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA: UTOPIA REACIONÁRIA?

Parte I

Organizadores
Joana A. Coutinho¹
John Kennedy Ferreira²
Rogata Soares del Gaudio³

Esse dossiê tem a intenção de discutir o ascenso da direita no mundo, mas buscando as especificidades da América Latina e particularmente Brasil, com foco nos seus argumentos, movimentos e ações. Depois de pouco mais de uma década de governos progressistas na América Latina, vimos uma onda de retrocessos com Golpes institucionais com a chancela dos Estados Unidos: Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016), Bolívia (2019). Mas o fato, é que no mundo, parece que vem ocorrendo uma guinada à direita em variados estados nacionais, com a ascensão de movimentos e partidos políticos de “extrema direita”, alguns deles com clara pretensão fascista, como é o caso do ex-presidente dos EUA, Donald Trump e Jair Bolsonaro no Brasil.

Alain Badiou (2018) os denomina como exemplos de um “fascismo democrático”, ou seja, não há uma ruptura com as instituições, mas uma espécie de democracia limitada. Podemos citar inúmeros exemplos onde a organização da extrema direita se faz presente e, sem nenhuma timidez, se apresenta como alternativa para disputar ideológica e politicamente a hegemonia nas diversas

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987), mestrado em Ciências Sociais: Sociologia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Ciências Sociais: Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Pós-doc na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) (2018). Atualmente, professora Associada IV na Universidade Federal do Maranhão. Coordena o Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina, vinculado ao Programa de Políticas Públicas, e pesquisadora do Núcleo Práxis da USP. Tem experiência na área de Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: ONGs, movimentos sociais, sociedade civil, Estado, ideologias, classes sociais e lutas de classes.

² Bacharel pela Fundação Escola de Sociologia e Política, mestre em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC. Doutor em História Econômica, pela Universidade de São Paulo - FFLCh - USP. Atua como professor de Sociologia e de Ciência Política. Desde novembro de 2016 é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

³ Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991), Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG (2006). e Pós-doutorado em Geografia Humana pela USP (2021). Atualmente é membro do Neils da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, do Instituto de Cultura Ibero-Atlântica (ICIA, Portugal) e Professor Associado IV da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de GEOGRAFIA, com ênfase em Atitude e Ideologias Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia, Ideologia, Educação, Ensino de Geografia e Análise do Discurso.

sociedades. Alguns exemplos: a) o partido político Vox, na Espanha, reivindica a família tradicional, o catolicismo, o antiaborto e é contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo; b) na Suécia, a extrema-direita se organiza com um discurso anti-imigração, com aumento da xenofobia, sendo que nas eleições de 2018 obtiveram 17,6% dos votos; c) na Alemanha, a Alternativa para a Alemanha (AfD) de extrema direita é a terceira maior força política no Parlamento.

A “nova direita” — diferentemente das forças conservadoras da década de 1990 que se baseavam numa utopia do mercado e da modernidade, —representam a nostalgia de um passado “idealizado” com base em valores assentados na defesa da “família, exército e religião”. O fato é que esse “discurso” e as ações a ele associadas vem crescendo em momentos de crises como o que estamos vivendo, e tendem a crescer mais ainda com a promessa de recuperação de um passado que nunca existiu, mas que alimenta e de certa forma, acalenta o presente.

Estudar esse fenômeno, entendê-lo em sua forma e conteúdo é essencial para que possamos compreender e combater essa “volta ao passado, que justamente por ser “idealizada”, tem cooptado e convencido milhões de pessoas a se voltarem a ele como a alternativa ideológica, econômica, social e política possível.

Neste número da revista *Crítica e Sociedade*, publicamos a primeira parte do dossiê.

Iniciamos com o artigo **Antônio Gramsci, José Carlos Mariátegui e o fascismo**, neste, o autor, John Kennedy Ferreira, analisa o surgimento do fascismo na Itália, como Gramsci denomina esse movimento que tem um caráter político e ideológico, na Itália dos anos 1920, e a influência de Gramsci no jovem marxista peruano. Embora Mariátegui tenha passado algum tempo na Itália onde “desposou mulher e algumas idéias”, não chegaram a se encontrarem, mas as ideias foram bastante frutíferas, daí a sua análise particular do fascismo.

Já no artigo, **O fascismo nosso de cada dia nos daí hoje: Os Estados Novos brasileiro e português** de Rogata Soares Del Guadio, recupera a discussão do Estado Novo Brasileiro e Português e suas similitudes, não se trata de afirmar que houve no Brasil um regime de cunho fascista, como foi o salazarismo, mas sobretudo como a ideologia fascista também rondava pelo lado de cá do oceano.

O artigo “*Los mercenários de la libertad: Movimiento San Isidro (MSI), activismo político y protestas de derecha en Cuba*”, de Jeferson Barbosa nos mostra como a direita se organiza na pequena Ilha que resiste há mais de 60 anos aos ataques do imperialismo e como a nova onda da extrema direita chega ali.

Neofascismo, forma política do capitalismo em crise: antinacionalista, neoliberal, racista, neste artigo, o filósofo e historiador, Yuri Martins-Fontes, analisa como a crise do

capitalismo gera o monstro do fascismo tanto como foram as experiências dos anos 1920 e 1930, como essa, nos dias de hoje.

Concluindo este número, temos texto de Pilar Godinez Mejía, “*El movimiento ProVida en México y la política de la reacción*”, faz uma leitura do crescimento de pautas conservadoras em movimentos como este que surge no México e que está por todos os cantos. Contra o aborto, numa suposta defesa da vida, são, na verdade, portadores da morte. A autora analisa a partir de chaves dadas por Gramsci como política de reação.

Esperamos que as discussões conduzidas pelos autores neste dossiê sejam fonte de debate e potencialização de conhecimento neste momento que se torna cada vez mais indispensável ficarmos em alerta com as movimentações políticas e sociais ao nosso redor.

Boa Leitura!

ANTÔNIO GRAMSCI e JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI e o FASCISMO

ANTÔNIO GRAMSCI and JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI and FASCISM

John Kennedy Ferreira¹

Resumo

Antônio Gramsci e José Carlos Mariategui. Poderam acompanhar a grande mobilização social que aconteceu na Europa e particularmente na Itália no fim da Grande Guerra e uma ascensão do fascismo e a sua chegada ao poder. Ambos buscam compreender esse fenômeno político social através de fatores diferenciados, por meio de ações que foram da preparação teórica a política. Gramsci na condição de dirigente político do PCI e da Terceira Internacional, Mariategui, na condição de exilado político e correspondente de jornais peruanos. Ambos, criam formulações e conceituações parecidas, cabendo, portanto, a análise dessa simetria.

Palavras-chave: Facismo, Gramsci, Mariátegui

Abstract

Antônio Gramsci and José Carlos Mariategui. They could follow the great social mobilization that took place in Europe and particularly in Italy at the end of the Great War and the rise of fascism and its coming to power. Both seek to understand this social political phenomenon through different factors, through actions that ranged from theoretical to political preparation. Gramsci as political leader of the PCI and the Third International, Mariategui as political exile and Peruvian newspaper correspondent. Both create similar formulations and conceptualizations; therefore, it is necessary to analyze this symmetry.

Keywords: Facismo, Gramsci, Mariátegui

¹ Bacharel pela Fundação Escola de Sociologia e Política, mestre em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC. Doutor em História Econômica, pela Universidade de São Paulo - FFLCh - USP. Atua como professor de Sociologia e de Ciência Política. Desde novembro de 2016 é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

INTRODUÇÃO

Queremos glorificar a guerra – a única higiene do mundo –, o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos anarquistas, as belas ideias pelas quais se morre, e o desprezo pela mulher. Queremos demolir os museus, as bibliotecas, combater o moralismo, o feminismo e todas as covardias oportunistas e utilitárias.

Filippo T. Marinetti in Manifesto Futurista 1909.

Nos primeiros dois decênios do século XX, o sistema político vigente passou por uma imensa transformação: A ascensão do imperialismo desencadeou uma corrida armamentista que desembocou na I Grande Guerra, tivemos o colapso da democracia liberal nos principais países do mundo, a eclosão da Revolução Russa e o surgimento do proletariado como uma alternativa à ordem social burguesa e, ao mesmo tempo, o crescimento do autoritarismo em quase todos os países do mundo.

A Itália foi um lugar privilegiado para a compreensão desse fenômeno político social. País tardio, desenvolveu seu capitalismo imperialista “esfarrapado”, organizando internamente a espoliação do sul agrário pelo norte industrial. Como nação tardia, sofria imensa desvantagem no concerto das nações, ficando de fora do Botim imperial.

Dessa forma, tinha uma proximidade com a Alemanha, outro país tardio, proximidade esta que vai até as vésperas da Grande Guerra. Neste instante, as paixões entre as classes dominantes se dividiram entre manter a aliança tedesca ou juntar-se aos aliados da Entente Cordiale.

O posicionamento pró-Entente ocorreu após a ruptura de um setor significativo do movimento socialista e trabalhista italiano, que abandonou a denúncia da guerra imperialista e a opção de neutralidade. A Itália entra na guerra com a promessa de ganhos financeiros e territoriais, mas ao fim e ao cabo, sai do conflito como vitoriosa, mas com danos de uma derrotada!

As promessas de ganhos são traídas:

A vitória foi, portanto, um golpe amargo para Itália; depois do armistício chegava à crise econômica, com um aumento da dívida estatal em 500% e uma inflação de 300%, para além dos efeitos econômicos devastadores, consequência das perdas humanas, com mais de 300.000 italianos caídos em combate. Perante este panorama desolador, o Estado era incapaz de satisfazer as expectativas geradas ao calor do debate sobre a intervenção, de aí a sensação de vitória mutilada. A guerra não só não solucionava os problemas da Itália; antes pelo contrário, criava novos problemas, como a destruição de infraestruturas ou a desestabilização da economia, problemas que faziam ainda mais difícil a manutenção do poder por parte da oligarquia italiana e que forçaram logo a seguir a passagem para uma política de massas (CARRASCO/DIEGUES, p 14, 2011).

Dois sentimentos nasceram desse processo: de um lado, os setores capitaneados pelo movimento sindical e pela ala esquerda do Partido Socialista Italiano (PSI), que incentivam lutas por melhorias salariais, reformas agrárias, garantias sociais chegando a construir conselhos operários na cidade de Turin; de outro lado, o sentimento nacionalista que briga pelo reconhecimento da vitória na guerra e toma para si o abandono pelo qual foram tratados os ex-combatentes e as reivindicações territoriais italianas.

A habilidade dos governos liberais italianos desmontou a ação socialista e abriu caminho para o crescimento do sentimento nacionalista extremado, organizados no *Fasci Italiani di Combattimento* de Benito Mussolini.

Antônio Gramsci e José Carlos Mariategui puderam acompanhar essa grande mobilização social que aconteceu na Europa, particularmente na Itália, a ascensão do fascismo e a sua chegada ao poder.

Ambos buscaram compreender esse fenômeno político social através de fatores diferenciados, Gramsci na condição de dirigente político do PCI e da Terceira Internacional, e Mariategui, na condição de exilado político e correspondente de jornais peruanos. Ambos criam formulações e conceituações dialógicas, cabendo, portanto, a análise dessa simetria. Nesse sentido, os escritos de Antônio Gramsci reunidos em *A coragem do povo* (Arditi del Popolo), *A crise italiana*, *Cartas do Cárcere*, *A marcha fascista sobre Roma*, *Discurso ao Parlamento Italiano*, *Itália e Espanha*, *Lições*, *Nem Fascismo, nem Liberalismo: Sovietismo!*, *O fascismo e a sua política - escritos políticos*, *O povo macaco*, *Os Dois Fascismos, Socialistas e Fascistas*; e de José Carlos Mariátegui, reunidos em *Cartas da Itália*, em *La Escena Contemporánea*, na *História de La Crisis Mundial* e na coletânea organizada por Luiz B. Pericás, *As Origens do Fascismo* contribuem para a compreensão do fenômeno passado e ajuda na compreensão das formas de governo atuais.

ANTONIO GRAMSCI E O FASCISMO

Gramsci compreenderá o fascismo como uma manifestação histórica, que tem seu lastro no movimento de fundação da Itália (Risorgimento), como país atrasado, tendo a sua construção feita por cima, não incorporando as classes trabalhadoras e o campesinato. O seu desenvolvimento industrial no Norte, hegemônico pela Lombardia e o Piemonte, realizaram uma Revolução Passiva e espoliatória do Mezzogiorno (sul).

Para Gramsci, o fascismo não era um acidente de percurso na história italiana, como assinalou Benedetto Croce, algo que podia ser domesticado pelas instituições liberais, como pensou Giovanni Giolitti e os políticos liberais italianos, também não era apenas uma reação burguesa e da pequena burguesia ao movimento proletário, como assinalou a Terceira Internacional e Amadeo Bordiga. O Fascismo era algo mais profundo e precisava ser investigado em todas as suas essências e manifestações, sendo, portando, uma categoria central na produção de Gramsci.

O seu estudo sobre o fascismo inicia-se nas páginas do *L'Ordine Nuovo*, neste primeiro momento o dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI) faz o exame do fascismo, e o vê como um movimento contra-revolucionário (ou revolucionário conservador), prestando muita atenção ao caráter de massas e violento do fascismo.

Entendia como uma resposta à crise do Estado Liberal italiano, uma resposta que também abarcava a alternativa proletária, representada pela Revolução Russa de 1917 e o Biennio Rosso (1919/20), quando os trabalhadores ocuparam as fábricas em Turim e em outras cidades do norte e os camponeses que fizeram grandes mobilizações por terra ao sul.

O fascismo, como movimento de reação armada que se propõem como objetivo desagregar e desorganizar a classe trabalhadora para a imobilizar, entra no quadro da política tradicional das classes dirigentes italianas, e na luta do capitalismo contra a classe operária. (mas também, entendia), não devia ser tão só considerado como um órgão de combate da burguesia, mas antes um movimento social, sendo necessário examinar as estratificações do fascismo mesmo por que, dado ao sistema totalitário que o fascismo tende a instaurar, será no seio mesmo do fascismo que tenderão a ressurgir os conflitos que não podem manifestar-se por outras vias (GRAMSCI, 2002, p 36).

Gramsci observava que não poderia se entender o fascismo como um processo que aconteceu em poucos anos, como algo que foi construído apenas após a guerra, mas como uma essência que se mobilizava como força autoritária e como consciência totalitária. Mostrava que o fascismo de um pequeno movimento confuso se torna um partido com forte expressão junto aos setores médios tenebrosos de sua proletarização. Estes são responsáveis por ações de extrema violência contra os camponeses pobres e o movimento de ocupação de terras, e em seguida contra os movimentos proletários e suas organizações.

Após as eleições fraudadas de 1924, denunciadas pelo Deputado Socialista Giacomo Matteotti, que foi em seguida assassinado pelos fascistas, os liberais e as esquerdas pedem a renúncia de Benito Mussolini, mas graças à fé liberal nas instituições, Mussolini consegue contornar a crise e arrasta em seguida o país a uma ditadura, proibindo as organizações sindicais e partidárias, o que foi aceito pelo Grande Capital e suas organizações políticas.

Gramsci e o PCI, após o Congresso realizado na França, mudam de interpretação. Gramsci passa a observar, como sua preocupação central, que o fascismo foi uma forma de solucionar a crise de hegemonia aberta com a Revolução Russa e o fim da Grande Guerra, isso significa que o fascismo era um movimento capaz de desarticular a esquerda e ao mesmo tempo reatualizar o aparelho do Estado.

Preso, o então deputado Gramsci continua suas análises em seus Cadernos do Cárcere, buscando entender o fenômeno fascismo, utilizando conceitos como a crise de hegemonia, crise orgânica, cesarismo, guerra de movimento/guerra de posição e revolução passiva.

A partir dos cárceres, Gramsci desenvolverá o temário sobre o fascismo tendo como referência os textos franceses de Karl Marx, em especial os Dezoito Brumários. Como é sabido, neste texto é desenvolvido a abordagem de que uma revolução proletária pode ser sucedida por uma reação burguesa. Gramsci, tendo como núcleo, o Risorgimento, desenvolveu o conceito de Revolução Passiva, nesta é assinalada que três momentos distintos mas interligados: 1) a fundação da Itália estabeleceu uma relação de dominação do norte industrial com o sul agrário, aqui desenvolve-se dentro do país um pacto entre os setores de direita e esquerda (la destra storica - Partido Moderado- e la sinistra storica -Partido da Ação-) para manter a estabilidade do país, esta estabilidade segue até o fim da Grande Guerra; (MELO, p. 06). 2) A Revolução Passiva é entendida como uma saída capitalista para uma crise capitalista, que vai se manifestar após o conflito mundial. A crise do liberalismo e de suas instituições italianas expressou-se na crise de hegemonia nos inícios do anos 1920, e teve duas possibilidades a) Biênio Vermelho (1919/20), com uma proposta proletária, Gramsci e o L'Ordine Nuovo, propõem a transformação os conselhos operários numa dualidade de poder, o que foi derrotada pela habilidade política dos liberais b) e a saída para crise de hegemonia, pela burguesia, Gramsci assinala :

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam essas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representada pelos homens providenciais e carismáticos. (GRAMSCI, 2002, p.60).

3) como consequência para a crise do capitalismo temos a resposta fascista se apresenta como uma saída econômica, através da introdução “americanismo e fordismo” e também pela sua

organização através do Cesarismo, que de modo bonapartista coordenará o Estado e as ações econômicas respondendo aos interesses dos grandes grupos e classes dominantes.

Ter se ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias primas e acumularam gigantescos capitais (GRAMSCI, 2002, p 299).

Em Gramsci, o fascismo é produto de uma crise geral do Capitalismo, que tem particularidades nacionais, mas que em totalidade é uma resposta do Capital em sua fase imperialista a alternativa real: a Revolução Russa, que cumpre o papel de Guerra de Posição frente ao Capitalismo. O Fascismo, seria uma Guerra de Movimento, contendo de um lado, a Revolução e de outro lado, reatualizando o Capitalismo.

JOSE CARLOS MARIATEGUI E O FASCISMO

Em 1919, José Carlos Mariategui, juntamente com Carlos Falcon, fundam o jornal *Lá Razón*, e passa a divulgar matérias socialistas de apoio à Greve Geral dos trabalhadores pela redução de jornada. Esse engajamento político lhe rende o reconhecimento da classe operária, que agradeceu o periódico de apoio à greve pela conquista da jornada de trabalho de oito horas diárias. Mas, também, ganha a hostilidade dos poderosos e do Governo Augusto Leguía, que dá a Mariátegui e a Falcón duas alternativas: ou vão para uma embaixada como adidos culturais ou vão para a cadeia.

Dessa maneira, os jovens poetas partem para a Europa. Falcón vai para a Espanha, onde se tornou deputado comunista e em seguida membro do exército republicano. Mariátegui segue para a Itália, onde permanece de 1919 a 1923, momento de ascenso do fascismo.

É este o momento em que o jovem ativista socialista peruano, José Carlos Mariátegui, recém desembarcado na Europa para seu “exílio dourado”, tem contato com a agitada vida italiana e europeia. Na Europa, mais precisamente na Itália, desenvolve seu marxismo, travando contato com a efervescência político-intelectual que agitava a velha bota.

Após as greves de 1919 e 1920, os socialistas perderam a capacidade de manter a ofensiva nas lutas econômicas. As divergências entre os líderes e as suas ideias colocaram em paralisia os movimentos operários. A crise liberal foi ainda mais profunda quando observa o cenário de decomposição dos governos. Os governos vão se alternando e caindo como castelos de cartas, tendo como aporte a inabilidade frente à política internacional, como demonstram a questão do Estado Independente de Fiume ou as negociações do botim do pós-guerra; também a ação econômica dos sindicatos e dos camponeses que pressionam por mudanças econômicas e, ao mesmo tempo, a organização de falanges paramilitares ligadas as classes médias, que agem violentamente contra os operários, camponeses e suas organizações.

O esforço de Mariátegui centra-se em entender o movimento fascista, especialmente por ter atraído a maioria dos intelectuais. No primeiro momento, sua análise objetiva mais em D'Annunzio do que em Benito Mussolini. JCM tem admiração pelo poeta e julga que ação e a constituinte escrita em Fiume foi uma obra inovadora, esta é ainda uma visão romantizada, mostra que no primeiro momento este ainda não tinha a dimensão do fascismo e ainda não conseguia observar de que forma o corporativismo poderia ser usado para subjugar as classes trabalhadoras.

Conforme o fenômeno foi ganhando dimensão nacional e avançando para conquistar o poder, Mariátegui vai mudando seu ponto de vista. Já em 1921 apresenta uma compreensão mais asseverada sobre o fascismo, o qualifica como “*uma milícia civil antirrevolucionária. (...), significa uma ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias*” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 148)

Mariátegui busca entender o fascismo nas palavras dos líderes, observa uma ausência de programa, compreende a reação fascista como “*movimento romântico, anti-histórico e voluntarista*”. As ideias dos líderes fascistas são um conjunto de opiniões que se compõem como algo místico, que tentam formular um ente coletivo acima das classes, dos grupos ou indivíduos: a nação. O interesse nacional estaria acima de tudo; (MARIÁTEGUI idem180), o Fascismo é um “*exército contrarrevolucionário mobilizado contra a revolução proletária, num momento de febre e de belicosidade pelos diversos grupos e classes conservadores. O fascismo é, por conseguinte, um instrumento de guerra*”. (MARIÁTEGUI idem 179), Mariátegui observa, que “*a burguesia armou o fascismo*” (...) “*Assustada pelas chances da revolução, a burguesia armou, abasteceu e estimulou solícitamente o fascismo e o empurrou à perseguição truculenta do socialismo*” (MARIÁTEGUI, 2010g, p.217 e 289).

Os fascistas julgavam que a política externa seria a extensão das vocações nacionais aos moldes dos impérios (romano), não sendo à toa que tomam emprestadas as saudações romanas utilizadas por D'Annunzio, em Fiume. Por isso a reação contra a política externa derrotista formulada pelos governos liberais visava resgatar o orgulho italiano maculado e do soldado italiano,

que combateu na Grande Guerra que então sentia-se humilhado e esquecido numa sociedade com graves crises econômica e política.

A violência do fascismo seria uma resposta à violência totalitária dos socialistas bolcheviques. Dessa maneira, enquanto os socialistas agem em nome de uma classe e de seus interesses, os fascistas agem em nome de toda a nação. Combatiam a todos que se colocavam ao lado da especulação, da agiotagem, do lucro sem trabalho e/ou do interesse particular de uma única classe. O confuso discurso fascista ganha nas ações teatrais e hábeis de Benito Mussolini e nas forças de seus artigos publicados no *Il popullu d'Italia*, um sentimento capaz de mobilizar setores descontentes com o liberalismo e com a ação socialista do proletariado e dos camponeses. O Fascismo se propunha a ser mais que um “*fenômeno político, é um fenômeno espiritual*” que afirmaria a vitória dos combatentes na I Guerra, que desprezaria aqueles (como os socialistas), que foram pacifistas ou contra a guerra. Daí arregimenta estudantes, oficiais, intelectuais, nobres, empregados, camponeses e proletários (MARIÁTEGUI, 2010g, p. 933).

Os métodos fascistas serão frisados por Mariátegui como a intimidação e a violência, através da tortura contra os opositores de esquerda, como o deputado socialista Giacomo Matteotti, morto pelas falanges; ou contra os liberais, como Piero Gobetti e Benedetto Croce. Igualmente, não acreditavam na fé de Giovanni Giolitti, na tradição transformista da política italiana de que Benito Mussolini e os fascistas se adaptariam ao ambiente parlamentar liberal. (MARIÁTEGUI, 2010g, p. 149).

José Carlos Mariátegui deixa claro que o espírito da reação não era afirmação do novo, de uma revolução, mas a defesa incrustada da ordem burguesa e do capitalismo. O espírito do capitalismo e de seus valores era o verdadeiro componente policrômico da religião fascista, como faz lembrar ao narrar o financiamento das classes burguesas ao movimento e à ditadura. Acreditava que a indefinição dos socialistas – em ora crer no parlamento, ora boicotar o parlamento, como contraponto a Mussolini – fortaleceria a ditadura. Percebia que este era um movimento internacional do capital, não era apenas uma exceção, mas a afirmação de uma reação à Revolução russa e à ameaça da revolução socialista na Itália e no mundo. Dessa forma (MARIÁTEGUI, 2010c, p. 197).

Mariátegui via a necessidade de unidade das forças socialistas (USI, PSI e PCI), - e tal qual a Engels em suas cartas a Turatti -, a formação de um bloco com as forças liberais e democráticas frente à ditadura. Percebe-se que a ação violenta e a censura à imprensa bloquearam a comunicação das forças democráticas junto à sociedade. Dessa forma, a oposição parlamentar e as forças

sindicais e sociais foram postas à margem e na ilegalidade, de modo simples, com pouca resistência e sem uma verdadeira oposição triunfou a ditadura fascista (MARIÁTEGUI, 2010c, p 275).

UMA RAPIDA CONCLUSÃO

1) A crise de longa duração do Capitalismo que começa nos anos de 1970, e expressão da fase B de Kronratieff; é a maior crise que temos do Capitalismo, o fato é que as respostas apresentadas não apontam saídas. As políticas e a democracia neoliberais foram capazes de derreter o Capitalismo de Estado (URSS), e de criar uma relação de intensa espoliação entre as nações imperialistas e as nações coloniais, semicoloniais e dependentes. Na América Latina, setores da burguesia prejudicados pela Nova Ordem, optaram a partir dos anos 1990, por desenvolverem políticas neodesenvolvimentistas que apresentaram elementos de possibilismos com crescimento econômico, desenvolvimento social e incorporação de parte de grupos sociais historicamente marginalizados, reduzindo assim fossas abissais de distribuição de renda e direitos. Este processo se deu pela crise de hegemonia das classes dominantes e de seus principais partidos políticos nos principais países latino-americanos: Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, México, Bolívia;

2) A ausência de crescimento e a queda da margem de lucros nos países centrais têm apontado para duas possibilidades de soluções políticas: a) o aprofundamento do neoliberalismo nos países periféricos, ampliando a espoliação do trabalho e das riquezas naturais, aumentando margem de ganho e; b) o planejamento estatal nos países imperialistas. Esta solução não se apresenta como consensual e o conflito comercial entre a China e o EUA, mostra o grau de tensão que determina essa Segunda Guerra Fria. O fato é que a manutenção das políticas neoliberais nos países dependentes e semicoloniais só pode ocorrer com o consenso e a força das classes dominantes associadas ao imperialismo e de seu Estado. Isso só pode acontecer com os setores de cima sendo beneficiados no processo exploratório. Isso não tem sido uma realidade o que tem levado as políticas imperiais apontarem a desestabilização e o cesarismo como uma saída política para forçar o consenso. Ou seja, o crescimento do fascismo nos dias presentes é antes de tudo uma das hipóteses centrais a crise de hegemonia das classes dominantes, porém, é uma saída apenas política, não social e nem econômica.

3) Por fim, o conflito aberto entre as principais frações das classes dominantes e predatórias sobre os países coloniais, semicoloniais e dependentes abre igualmente um período de revoltas e mesmo revoluções por parte do proletariado e classes oprimidas. É um período em que “(...) a crise

consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece” (GRAMSCI, 2002, p.184).

REFERÊNCIAS

BORDIGA, Amadeo e GRAMSCI, Antônio. **Conselhos de Fábrica**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

CALLIL, Gilberto, **A experiência italiana e o desenvolvimento do marxismo de José Carlos Mariátegui (1920-1922)**. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503 Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL

CASTELO, Rodrigo, **O Debate sobre as Crises Capitalistas nos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci**, in ://www.niepmarx.blog.br (Consultado em 27/04/2022).

ENGELS F, **Cartas de Engels a Turatte** in <https://www.marxists.org/italiano/marx-engels/1895/socialismoitalia.htm> Consultado em 30/09/2019)

DE FELICE, Franco. **Revolução passiva, fascismo e americanismo em Gramsci**. In. INSTITUTO GRAMSCI. Política e História em Gramsci . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio, **Carta a Trotsky** in <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/ano/mes/futurismo.htm>, consultado em 20/09/2019).

_____ **SOCIALISTAS e FASCISTAS**, 1921
<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1921/06/11.htm> Consultado em 18/09/2019)

_____ **Cadernos do Cárcere**, vol. 3.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2002

_____ **Cadernos do Cárcere**, vol.6 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2002

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**, Editora Graal, Rio de Janeiro, 1977

MACHADO, Marília Gabriella. **O Fascismo através do prisma gramsciano**. In: Revive - Revista de Ciências do Estado, v1, n.2, Belo Horizonte, 2016

MARIÁTEGUI, José Carlos. **As origens do fascismo**. São Paulo: Alameda, 2010

_____ **Obras Completas**, Tomo I, Lima . Editora Minerva, 1994

MELLO, Demian Bezerra de. **As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea**: in **Erro! A referência de hiperlink não é válida**. in 02/05/2022)

PARIS, Robert. **As origens do fascismo**. São Paulo : Editora Perspectiva, 1976

PAXTON, Robert O. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007

PERICÁS, Luis Bernardo. Prefácio. In: **MARIÁTEGUI**, José Carlos. As origens do fascismo. São Paulo: Alameda, 2010.

SECCO, Lincoln **Gramsci e a Revolução**. São Paulo, Ed Alameda, 2002

TOGLIATTI Palmiro, **Lições sobre o Fascismo**, São Paulo, Ed Ciências Humanas, 1977.

“O FASCISMO NOSSO DE CADA DIA NOS DAI HOJE”: Os Estados novos brasileiro e português

“OUR EVERY DAY FASCISM GIVES US TODAY”: The Brazilian and Portuguese New States

Rogata Soares del Gaudio¹

Resumo

A intenção desse texto é discutir algumas características dos Estados Novos implantados em Portugal e no Brasil no primeiro terço do século XX. Essa discussão é parte de minha pesquisa de Pós-Doutorado em Geografia Humana realizada na Universidade de São Paulo e supervisionada pelos Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto e Prof. Dr. João Carlos Garcia (Universidade do Porto/Portugal), que procurou analisar os livros didáticos de Geografia produzidos e utilizados no período em tela, nesses dois estados nacionais. Uma das questões tratadas na pesquisa se refere à discussão a respeito do fascismo clássico e suas “variantes” em especial, o brasileiro e o português, cuja discussão apresento em parte. Metodologicamente utilizo a perspectiva comparada, conforme Therborn (2006) e Musiedlak (2007), para investigar as proximidades e diferenças entre os Estados Novos entre si e em relação ao fascismo implantado em Itália e Alemanha, na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: fascismo clássico; estados novos; “variantes fascistas”;

Abstract

The aim of this text is to discuss some characteristics of the Estado Novo installed in Portugal and Brazil in the first forty years of the 20th century. This discussion is part of my post-Doctoral research in Human Geography carried out at the University of São Paulo and supervised by Profs. Manoel Fernandes de Sousa Neto and João Carlos Garcia (University of Porto/Portugal), that sought to analyze the Geography textbooks produced and used in the period in question, in these two nation states. One of the issues addressed in the research refers to the discussion about classical fascism and its “variants”, in particular, Brazilian and Portuguese, that are discussed in part. Methodologically, I use the comparative perspective, according to Therborn (2006) and Musiedlak (2007), to investigate the proximities and differences between the Estados Novos among themselves and in relation to fascism implemented in Italy and Germany, in the first half of the 20th century.

Keywords: classical fascism; “Estados Novos”; “fascist variants”;

¹ Profa. Dra. Do Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia – IGC/UFMG; Pós Doutora em Geografia Humana – USP e-mail: rogatasoares@gmail.com

INTRODUÇÃO

O período do entre guerras, na Europa, foi marcado por um crescimento exponencial de regimes autoritários, alguns clara e marcadamente fascistas como Itália e Alemanha – fascismo clássico. Outros, embora possam ser considerados também como estados fascistas, apresentavam algumas diferenças em relação ao chamado fascismo clássico – casos de Áustria e Portugal, onde, para muitos autores, havia um forte corporativismo (Botz, 2016; Ferreira e Cardoso, 2016; entre outros).

Em Portugal, a partir de 1926 ocorreu um golpe de estado que pôs fim à república democrática e instaurou um regime autoritário que se estendeu até 1974. Além de autoritário, foi um período considerado como fortemente nacionalista, que perseguiu qualquer oposição e ao mesmo tempo, buscava o controle das mentes e dos corpos com intensa vigilância e controle de instituições como escolas, universidades, imprensa e variadas manifestações culturais.

O Brasil também teve, a partir de 1937, a instauração de um regime autoritário que se estendeu até 1945 e foi marcado por aspectos como o antissemitismo, a perseguição à oposição, um forte nacionalismo, reestruturação do sistema escolar público, forte controle da imprensa e vigilância de diversas instituições e manifestações culturais.

Assim, as questões que proponho discutir dizem respeito às características do fascismo clássico e sua influência no Brasil e em Portugal, bem como as similitudes e diferenças entre esses dois Estados autoritários entendidos como “variantes fascistas”.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FASCISMO CLÁSSICO E SUAS VARIANTES

Neste artigo, tomo como referência textos que abordaram o fascismo ponderando suas manifestações denominadas como “clássicas” e suas possíveis variantes, ou melhor dizendo, estados nacionais que estiveram diretamente sob influência daquele movimento. Segundo Bernardo (2015), o fascismo foi vencido na II Guerra Mundial, mas não perdeu nem sua importância histórica, tampouco foi definitivamente derrotado. Nas palavras deste autor, “o fascismo é ainda hoje uma realidade em suspenso. Ele foi destituído militarmente sem estar política e ideologicamente esgotado” (Bernardo, 2015, p. 8).

Entendo, conforme este autor, que o fenômeno fascista persiste na atualidade como ameaça efetiva e insufla egos, paranoias, medos, justificando ações e governos que aproveitam da grave instabilidade econômica, fragilização social, ou se preferirmos, dessa profunda crise do capitalismo

para implantar uma agenda que ataca todos os trabalhadores e dissolve toda sociabilidade possível. Assumo aqui o recorte do fascismo e não do totalitarismo por compreender que este fenômeno não se reporta à forma do Estado, mas à sua estrutura essencialmente burguesa – e ao imperialismo.

O fascismo é considerado um fenômeno do século XX e, de acordo com Paxton ([2004] 2007, p.15), a palavra:

foi cunhada por Mussolini para descrever o ‘estado de ânimo’ de um bando de soldados que haviam retornado da I Guerra Mundial” e deriva de “fascio”, feixe ou maço que remete ao fasces romano, “machado cercado com um feixe de varas que era levado diante dos magistrados, nas procissões públicas romanas (PAXTON, [2004] 2007: 14).

De qualquer modo, a analogia aqui é clara: o fascismo conclama à união e denota poder. Abordar o fascismo implica também em retomar algumas de suas definições e discussões teóricas no campo das ciências humanas. Segundo Salomon apud Bernardo (2015), parte dos historiadores e mesmo da intelligentsia fascista o entendia como “renovação da ideia de Estado, que seria revolucionária nos métodos, mas conservadora na natureza” (SALOMON, 1993, *apud* BERNARDO, (2015, p. 13); logo, o “fascismo seria uma revolução conservadora”, capaz de “mobilizar os trabalhadores para efetuar uma revolução capitalista contra a burguesia, ou talvez mais exatamente, apesar da burguesia” (*idem*, p. 14).

Esse fenômeno, embora imediatamente associado à Itália e à Alemanha no primeiro terço do século XX, se estendeu a diversos outros estados nacionais do período, porém, não exatamente do mesmo modo, replicando as mesmas características, processos e procedimentos – o que me permite usar a expressão “variantes do fascismo” com base na literatura consultada para me referir mais especificamente a Brasil e Portugal nas décadas de 1930/40.

Umberto Eco afirmou que “o fascismo foi certamente uma ditadura (...), nem tanto pela sua brandura, mas antes, pela debilidade filosófica de sua ideologia” (2018: s/p – e-book). Qual significado quer Eco sublinhar com essa expressão? Um aspecto muito utilizado na literatura para aludir ao fascismo clássico e suas variantes é aquele que se refere ao fato de que não há uma ideologia fascista, mas várias, inclusive conflitantes e contraditórias internamente.

Para diversos teóricos (BERNARDO, 2015; ECO, 2018; PAXTON 2007; entre outros) o fascismo não é um corpo de teorias racionalmente organizadas; ao contrário, agrega concepções tão díspares quanto a máxima de “fazer a revolução dentro da ordem, para evitar que ela seja feita na desordem” – uma frase clássica de António Salazar.

No entanto, a despeito de muitos teóricos considerarem como fragilidade teórica essa ausência de “uma ideologia fascista”, eu a considero, na verdade, sua grande força ideológica. Isso porque ao congregiar ideias e concepções díspares, ocorre a construção de uma coesão profunda entre seus adeptos. Por meio da mobilização de seus desejos mais íntimos, seus ressentimentos e suas crenças - embora todas se inscrevam na materialidade das sociedades – se constituem bandos que agregados, expressam força política, disseminam o medo e sustentam os governos fascistas.

Os fascismos clássicos e suas variantes foram (e ainda são) capazes de mobilizar os sentimentos humanos para o agir “em manada”, sustentar forte coesão interna entre seus membros e, concomitantemente, realizar ações políticas extremamente coordenadas externamente.

A capacidade de interpelação dos fascismos é tão arraigada nos S(s)ujeitos (respectivamente submetidos e qualificados por eles), que estes sustentam suas crenças mesmo quando existem provas de sua inconsistência e inverdade. E aqui é possível verificar outra característica comum aos fascismos clássicos e suas variantes: o irracionalismo, que por meio de uma bem articulada, racional e tecnicamente bem elaborada propaganda, mobiliza os S(s)ujeitos para a luta – conservadora, quiçá reacionária.

Penso que esse irracionalismo é aparente, na medida em que objetivamente, os fascismos correspondem a projetos de tomada efetiva do poder político e controle social. E que foram (e ainda são) incontestavelmente, significativamente eficazes. Esse irracionalismo como ideologia se materializa no anti-intelectualismo, na negação da ciência, na perseguição aos intelectuais e artistas, assaz seletivos: são perseguidos, exilados, aprisionados ou assassinados apenas aqueles que se opõem ao fascismo. Portanto, é um “irracionalismo” com “afinidades bastante eletivas”. Ou na definição trazida por Lincoln Secco no curso “Fascismo ontem e hoje”, o fascismo pode ser entendido como “uma técnica racional e oportunista de mobilização daquilo que há de irracional nas massas em um momento de crise, na era do imperialismo”.

De modo geral, as análises sobre o fascismo permitem compreendê-lo a partir de sua instauração muito bem-sucedida na Itália e Alemanha, no decorrer das décadas de 1920 e 1930, designados em geral como “fascismo clássico”.

Nesses dois estados nacionais, os processos de construção, ascensão e declínio dos fascismos foram exaustivamente analisados por variados autores desde, pelo menos, as décadas de 1920/30. Isso significa dizer que a bibliografia sobre o tema é extremamente vasta, comportando desde avaliações de viés mais economicista até aquelas que o articulam, ou melhor, o entendem como totalitarismo. Isso implica em deixar claro que fiz um recorte teórico já de antemão, no

imenso volume de obras e autores que se esforçaram, ao longo do tempo, em melhor esclarecer e compreender esse regime.

Segundo Thalheimer (2010) e Tasca (2000), os aspectos comuns à ascensão do fascismo na Itália e Alemanha concernem a uma profunda crise econômica associada a uma aguda instabilidade política. Essa se agravava a partir do crescimento dos partidos socialistas e da suposta proximidade de uma “revolução proletária” – traduzida até hoje como “perigo vermelho”, “perigo comunista” e outras congêneres. E o “perigo comunista” como propaganda em favor dos regimes de exceção foi uma característica comum à Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e Brasil nas décadas de 1930/40.

A argumentação aclarada aqui ressalta uma característica comum aos fascismos e suas variantes no passado - por meio dos processos de fascistização - que é justamente a dimensão do anticomunismo; ou do uso da ameaça comunista (medo) como justificativa para a imposição de regimes ou visões sociais de mundo autoritárias. Friso: essa característica perpassou muitos estados nacionais europeus nas décadas de 1930 e 1940, bem como o Brasil.

Destaco outra importante dimensão dos fascismos: eles correspondem necessariamente a estados autoritários e, não necessariamente afirmo que todo estado autoritário seja obrigatoriamente fascista. Essa distinção é elaborada por Nicos Poulantzas (1972), para quem o Estado fascista é especificamente uma forma que assume o Estado capitalista de exceção. Logo, o estado fascista é um tipo de estado de exceção, assim como a ditadura e o bonapartismo, mas atrelado a uma profunda crise política.

Essa dimensão da crise política será um aspecto comum em abordagens a respeito do fascismo elaboradas por outros autores, cujas referências não necessariamente correspondem àquelas usadas por Poulantzas. Todavia, há uma confluência entre vários teóricos consultados quanto a essa relação entre fascismo, crise do capitalismo e imperialismo. E se este elemento está relativamente “ausente” na retórica do governo brasileiro da época, foi imprescindível para a retórica do governo salazarista.

Em relação à ideologia fascista, Pachukanis considera que está se caracteriza, precisamente por seus traços não filosóficos: “primitivismo, uma variedade de apropriações – daí o caráter de mosaico – e, finalmente, a contradição” (PACHUKANIS, 2020, p. 27). De acordo com este autor, “lugar de destaque na ideologia fascista ocupam o poder forte, a disciplina e a ordem” (idem. p. 28, destaques meus). São ainda características ideológicas atribuídas ao fascismo por Pachukanis (2020, pág. 28, inserção minha), “a acentuação da praticidade e do dinamismo, o desprezo pelas doutrinas e pelos princípios [democráticos, relativos à revolução francesa como os direitos dos cidadãos,

etc.]”. Como negar, diante dessas características, a aproximação dos governos Vargas e Salazar a esses princípios, se em ambos são claramente as palavras ordem e disciplina – que se materializaram nas ações – que demarcaram aqueles dois regimes e governos?

Penso que para compreender o fascismo seja necessário sopesar as dimensões econômica, o “estádio da luta de classes” (inclusive entre as “frações de classe”), as derrotas dos partidos comunistas e dos trabalhadores, o imperialismo, a ideologia e a dimensão jurídico-política nas variadas formações nacionais que o vivenciaram. Assim, embora o fascismo tenha uma ideologia “primitivista, de mosaico e contraditória”, não é fenômeno “simples”, justamente por seu imenso apelo emocional e mobilizador das massas, por suas ações econômicas, ideológicas e imperialistas, pela importância do corporativismo e por ter sido “derrotado pela guerra, mas não ideologicamente”.

Portanto, não defendo que o fascismo, para “ser fascismo”, tenha que ser idêntico ao italiano e alemão. Ao contrário, assinalo que é possível evidenciar traços que aproximam variados estados nacionais que, nas décadas de 1930/40, incorporaram esses “traços” do fascismo como regime e forma de governo em suas ações internas e externas.

BRASIL E PORTUGAL DOS ANOS 1930/40: CORPORATIVISMO E CONTROLE IDEOLÓGICO

Eu optei por aprofundar esse tópico em razão da falta de consenso entre os pesquisadores e teóricos acerca da “natureza” dos Estados Novos brasileiro e português. Para o Brasil, o período Vargas é apontado como uma ditadura com matizes fascistas por diversos teóricos (PANDOLFI, 1999; D’ARAUJO, 1999; SCHIAVON, 2007, entre outros), e similarmente para Portugal, não é muito diferente (Bernardo, 2015; Torgal, 1989; Mónica, 1978; Avelãs Nunes, 2000, entre outros).

Portugal e Brasil constituíram Estados Corporativos, que em conformidade com Martinho e Costa Pinto (2016) e Martinho e Pinto (2007) teve, no governo austríaco da época, seu melhor exemplo institucional. O corporativismo foi uma característica que assinalou profundamente todos os regimes fascistas, que fossem os clássicos (Itália e Alemanha), quer suas variantes, dentre as quais Portugal e Brasil. Dentre as características principais do corporativismo destacam-se a crença na natureza orgânica da sociedade em oposição à divisão e aos conflitos entre as classes sociais, e o pressuposto da organização da sociedade em câmaras corporativas de modo a possibilitar as negociações e consensos entre os diferentes atores. O Estado (e os governos) agindo “em favor do bem coletivo da nação, do povo, da pátria” - representação puramente discursiva e ideológica -,

teve acentuados seus efeitos práticos, pois os trabalhadores também deveriam ter essa crença e esse exercício como valor. Ambos os estados novos ansiaram a governança com base em conselhos corporativos, porém estes submetidos ao poder do governante.

O corporativismo se fez presente política, econômica e ideologicamente nos dois Estados Novos, ainda que em ambos, seja notória a inexistência efetiva de um partido fascista de massas na vigência dos governos varguista e salazarista. No Brasil e em Portugal, a faceta da “comunidade” se substancializou na ideia de “povo” e para este, foram escolhidos “modelos verdadeiros” do caráter nacional. Em Portugal, esse caráter foi mais bem expresso por uma concepção “mítica” do passado glorioso, do campo e do rural – aliás, bastante distante da dureza do trabalho agrícola e do lugar social reservado aos camponeses pela elite lusitana. Para essa elite era preferível o camponês dócil e analfabeto aos perigosos trabalhadores urbanos (Mónica, 1978). Daí o fato de, ideologicamente, esse camponês representar o “modelo do homem português” por excelência. E no Brasil, o “caráter pacífico, cordial e ordeiro” do povo foi ressaltado, renovado e reiterado como atributos e valores positivos dos brasileiros enquanto uma “comunidade de iguais” que “partilha um passado e um território comuns”, aos quais devem defender com “fé” e “civismo”:

Outro aspecto comum entre os dois estados novos reporta-se ao quadro que levou ao ascenso dos estados autoritários de Salazar e Vargas, que se relacionam, além da crise ocasionada pela I Guerra e do efeito econômico da Quebra da Bolsa de Nova Iorque, ao desequilíbrio das balanças comerciais; das finanças internas; da questão colonial (Portugal) e da industrialização/modernização capitaneada pelo Estado (Brasil).

O Estado assumiu, na Era Vargas, a função de sustentar e (investir) na transição do Brasil de “país agrário-exportador” para “país industrializado”, com todos os limites dessa industrialização dependente. O estado varguista reorganizou as oligarquias internas no Brasil, facultando-lhes a continuidade de seu processo de acumulação e manteve sua condição de sócia menor do capital internacional. Assim, assegurava inclusive, a “paz interna e a ordem” rumo ao progresso, por meio do cooptação ou do silenciamento dos sindicatos de trabalhadores.

O Estado intervencionista de Salazar em Portugal não assumiu as mesmas prerrogativas modernizantes de Vargas, porém, aumentou o domínio e a pressão sobre seu “império colonial”. A manutenção desse império foi, inclusive, elemento que retroalimentou o regime do estado novo salazarista. Ideologicamente a posse de “um vasto império colonial” permitia situar Portugal junto das demais potências imperialistas europeias da época, em especial Inglaterra, França e Bélgica. Economicamente, serviu de aporte à economia lusitana, uma vez que Portugal atuou, muitas vezes,

como entreposto para as mercadorias que vinham das colônias para serem comercializadas na Europa.

Em relação à propaganda, controle ideológico e cultural, para o Brasil, conforme Capelato (1999), o estado varguista favoreceu fortemente a fração do bloco no poder representada pelo capital financeiro e industrial e controlou fortemente os sindicatos dos trabalhadores, além de ter criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Ministério da Educação e Saúde pública e Saúde. O DIP foi responsável por disseminar os ideais do Estado (e do “Homem”) novo em escala nacional. Para Portugal, além da dimensão colonial, é possível observar a ação sobre as universidades, escolas e bibliotecas. Cunha (2006, p. 191) afirma que entre 1932 e 1933, “assistimos à publicação no Diário do Governo de múltiplos estatutos e normativos de regulamentação de escolas e faculdades, à criação e reforma de muitos lugares, mas também de várias instituições de educação e cultura”, concedendo, assim, “particular atenção à doutrinação ideológica” (id. *Ibid.*).

Apesar dessas confluências, os dois estados novos se diferenciaram dos fascismos clássicos em amplos aspectos. Um deles está afeito justamente ao fato de, em nenhum desses dois estados nacionais, ter existido um “partido fascista”. Nas décadas de 1930-40, Brasil e Portugal vivenciaram a organização de grupos integralistas fortemente influenciados pelos ideais fascistas, mas que não se constituíram nem em partido, nem em aparelho de repressão dos dois regimes. A coerção foi praticada, em ambos, por meio do próprio aparelho repressivo de Estado. Mais que isso, ao acederem ao poder, tanto Vargas quanto Salazar enfraqueceram e desmantelaram os grupos integralistas – que os apoiaram em seu caminho rumo ao controle dos respectivos aparelhos de estado. Isso não significa, entretanto, que a derrota desses grupos, com a ascensão de Salazar e Vargas ao poder em Portugal e Brasil implicasse no rompimento ou afastamento de práticas e concepções derivadas do fascismo ou mesmo, que os “ideais” desses grupos tenham sido destruídos. A título de exemplo cabe destacar que Plínio Salgado, um dos maiores expoentes do integralismo no Brasil, atuou como deputado federal, pela ARENA, até a década de 1970.

Em ambos, constata-se a existência de Polícias Políticas, mas que atuavam a partir do Estado, e não, a partir de milícias que tomaram o Estado. Na Itália e Alemanha, ao contrário, fundaram-se as milícias – depois convertidas em partidos -, e estas antes mesmo de tomarem o Estado, disseminaram o terror, as perseguições e assassinatos, que prosseguiram quando o partido fascista tomou o poder de Estado.

De acordo com MUSIEDLAK (2007, pp. 350-351, destaques meus), o autoritarismo, comum aos dois estados novos, também diferiu, uma vez que:

O regime de Salazar definido pela Constituição de 1933 teve um aspecto de regime “autoritário institucionalizado” (...) **dominado pela figura onipresente de Oliveira Salazar**. O regime na verdade formou-se a partir do alto, com uma vontade, claramente demonstrada, de reconstruir a sociedade **numa perspectiva defensiva, por meio de um programa de recristianização**. (...) Da mesma forma, nascida de um golpe político e militar em 1937, a ditadura inaugurada por Getúlio Vargas buscou impor-se no país **por meio de uma cultura que conciliava estado forte e modernidade**. (...) Do positivismo de sua formação republicana inicial, Getúlio Vargas conserva uma forma de agnosticismo no plano religioso.

Nesse ponto, o regime salazarista diferiu não apenas do Brasil, mas inclusive dos fascismos clássicos, em especial do alemão, cujo acento da ideologia pequeno-burguesa (POULANTZAS, 1972) foi assinalado por forte anticlericalismo. Outra diferença central entre ambos se relaciona ao tipo de projeto político e econômico implantado no Brasil de Vargas (modernização do território) e no Portugal de Salazar (“império colonial”).

Em comum com os fascismos clássicos, os regimes de Portugal e Brasil construíram fortes apelos ao chauvinismo e ao nacionalismo exacerbado. No entanto, para Portugal, essa dimensão se associou à valorização seletiva de determinados momentos da história, em especial as navegações e descobrimentos; a libertação dos mouros (“momento fundacional”); o fim do Pacto Ibérico e o império colonial, que equiparava esse estado nacional às demais potências europeias. E para o Brasil, ancorada na perspectiva da “modernização”, foram valorizadas a dimensão territorial, seu potencial ainda pouco conhecido/explorado (riquezas), a crença no “país do futuro” (de preferência, grandioso, que aguarda logo ali na frente) e a certeza da “democracia racial”.

Além disso, o fascismo é fulcralmente racista. Como isso se manifestou em relação aos estados novos brasileiro e português? A “questão judaica” de certo modo, estava “resolvida” em Portugal (RAMOS (2015; TORGAL,1989; entre outros) pelo menos, desde os séculos XIV e XV, quando os judeus foram caçados, exilados ou obrigados à conversão em terras lusitanas. A expulsão moura foi acompanhada posteriormente pela perseguição sistemática a esses grupos. Portanto, para Portugal, a dimensão do antissemitismo no período salazarista foi relativamente menos impactante. A reafirmação da superioridade portuguesa sobre os povos coloniais afixou-se à concepção da “civilização” – afinal, Portugal era europeu, logo, civilizado -, a qual os portugueses deveriam levar, junto com a religião, para os povos “incivilizados, incultos, bárbaros e selvagens” em suas colônias.

Para o Brasil, ao contrário, a questão do estrangeiro se converteu em um problema a ser resolvido no contexto nacional, uma vez que desde o final do século XIX, aqui aportaram milhares de imigrantes, a maioria de origem europeia, mas também asiáticos como os turcos, armênios, sírios, libaneses e japoneses. Assim, o período do Estado Novo se caracterizou não apenas por um

antisemitismo que se manifestava na seleção de imigrantes “desejáveis” e na criação e exclusão dos grupos “indesejáveis” – dentre os quais, os judeus e mesmo os japoneses (Lacerda, 2016) – mas também em certa perseguição “velada, pero no mucho” a esses grupos, da qual o exemplo mais cabal corresponde ao aprisionamento e extradição para a Alemanha de Olga Benário Prestes, executada pelos nazistas. Durante a vigência do Estado Novo brasileiro foram implementadas diversas leis de controle do número de imigrantes (cotas de imigração), nacionalização das escolas estrangeiras das colônias alemãs e italianas, imposição do ensino obrigatório da língua portuguesa em toda e qualquer instituição escolar, entre outras medidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os regimes de Vargas e Salazar, ainda que de modos bastante distintos, foram implantados na sequência de crise das respectivas democracias liberais e pautaram o primado da disciplina e da ordem, da obediência ao chefe e do respeito à hierarquia. Essas prevaleceram por dentro tanto dos aparelhos de Estado, quanto mediando as relações sociais. Em ambos, o corporativismo foi o caminho para a “conciliação entre as classes” de modo a garantir o processo de acumulação das classes dominantes e, nas frações desta, daquela associada ao capital financeiro (e industrial, para o Brasil).

Os dois Estados Novos tiveram suas “polícias políticas”; os dois estados novos prezavam a “ordem”; os dois estados novos buscaram controlar forte e ideologicamente a cultura, a educação e as suas sociedades por variados mecanismos de interpelação, práticas e aparelhos que, se não existiam, foram criados ou “reformados”. Ademais, os dois estados novos garantiram a hegemonia de uma fração da classe dominante sobre as outras frações da classe dominante e silenciaram ou cooptaram os trabalhadores; emudeceram, perseguiram e exilaram as oposições, desmantelaram os partidos comunistas – e ainda os próprios integralistas enquanto grupo. Os dois se posicionaram diante do imperialismo da época, ou por inação consentida, de modo a manter seu domínio colonial (Salazar) ou por alinhamento cada vez mais explícito aos “vencedores da guerra”, em especial aos EUA (Brasil).

As décadas de 1930 e 1940 se destacaram ainda por intensas mudanças na “ordem mundial”, com os países europeus se deslocando para um plano secundário, ainda que localizado no centro, e a primazia crescente dos Estados Unidos e da União Soviética como “atores” centrais dessa “nova ordem” – que se afirma em definitivo após a II Guerra (1940-1945). Isso se fez

presente, em ambos, por um alinhamento aos Estados Unidos, ainda que menos forte em Portugal, e um profundo anticomunismo em ambos.

Naquele contexto, se acentuou no Brasil a influência estadunidense na economia, na política e ideologicamente, tendo sido assinados diversos acordos em vários campos, como na indústria de base, energia e educação. No entanto, apesar de esses acordos possibilitarem o crescimento da economia brasileira, não alteraram a posição secundarizada – na verdade, periférica – do país no contexto da Divisão Internacional do Trabalho – como também não alteraram os processos e mecanismos de dominação e exploração sobre os trabalhadores.

Em relação à Portugal, se os vizinhos europeus perderam a “liderança” na ordem mundial para os EUA e a URSS, inclusive com a acelerada perda dos territórios coloniais após a II Guerra, isso não necessariamente caracterizou o “Portugal de Salazar”. Em razão da “neutralidade” adotada e da cessão de algumas ilhas para os Aliados durante aquele conflito, o Estado Novo conseguiu se manter até meados da década de 1970, bem como manteve até aquele período, seu império colonial. Assim, os dois estados nacionais tiveram atuações distintas em relação às posições que ocupavam na Divisão Internacional do Trabalho. Mas ambos souberam construir “políticas de ganho” frente às mudanças geopolíticas que se operavam no contexto global naquele contexto.

Por fim, mas não menos importante, no Brasil e em Portugal é possível observar uma articulação “dos de cima com os do meio, contra os de baixo”. Em Portugal, ganharam os proprietários rurais, os comerciantes, a oligarquia, os colonialistas e a igreja, que inclusive, retornou às escolas, mesmo públicas. No Brasil, beneficiaram-se as oligarquias, os industriais, e consolidou-se a primazia do capital financeiro.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AVELÃS NUNES, João Paulo. Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do Nuevo Estado. **Revista Portuguesa de História**. T. XXXIV, 2000. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12810/1/Jo%C3%A3o%20Paulo%20Avel%C3%A3s%20Nunes%2034.pdf>. Acesso em 16 abr. 2020.

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo na encruzilhada da ordem e da revolta**. Porto: Afrontamento, 2003. (2ª. versão ampliada 2015).

BOLTZ, Gerhard. “Estado corporativo” e ditadura autoritária: a Áustria de Dollfuss e Schuschnigg (1933-1938). In: COSTA PINTO, António; MARTINHO Francisco P. (Orgs.). **A vaga**

corporativa – corporativismo e ditadura na Europa e na América Latina. Lisboa: ICS, 2016, págs. 61-100.

CAMPOS, Sandro M. **A formação das mentes colonialistas: O discurso colonial no ensino liceal do Estado Novo (1954-1974).** Dissertação. Mestrado em História Contemporânea. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 2012. Disponível em: https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=27947 Acesso em 15 ago 2020.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CHAUÍ, Marilena de S. **Brasil: mito fundador e sociedade** autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA PINTO, António; MARTINHO, Francisco P. (Orgs.) **A vaga corporativa – corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

CUNHA, Paulo F. da. Da Constituição do Estado Novo Português (1933). **História Constitucional (Revista Electrónica)**, n. 7, 2006, pp. 187-207.

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas.** Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEL GAUDIO, Rogata S. **Nação e coerção: os livros didáticos de geografia nos Estados Novos em Portugal e Brasil (1930-1945).** Relatório Científico de Pós-doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP (FFLCH), 2021.

ECO, Umberto. **Fascismo Eterno.** Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, [1995] 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

FERREIRA, Nuno; CARDOSO, José L. A Câmara Corporativa e o Estado Novo em Portugal (1935-1974): competências, interesses e políticas públicas. In: COSTA PINTO, António; MARTINHO Francisco P. (Orgs.). **A vaga corporativa – corporativismo e ditadura na Europa e na América Latina.** Lisboa: ICS, 2016, pp. 101-128.

LACERDA, Maria Lana M. de. **“Súditos do mal”: o cotidiano de repressão policial sobre os alemães em Pernambuco.** (Dissertação). Mestrado em História. Recife: UFPE, 2006.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciência social – elementos para uma análise marxista.** 15ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2002.

MANDEL, Ernest. **El fascismo.** Tradução para o espanhol: Patrícia Menezes Orozco. 2ª ed. Madrid: Ediciones AKAL, 2011.

MARTINHO, Francisco C. P.; PINTO, António C. (Orgs.). **O corporativismo em português – Estado Política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÓNICA, Maria F. **Educação e sociedade no Portugal de Salazar – a escola primária salazarista (1926-1939)**. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

MUSIEDLAK, Didier. Conclusão. In: MARTINHO, Francisco C. P.; COSTA PINTO, António. **O corporativismo em português – Estado, Política e Sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 347-359.

NETO, Vítor. Carneiro Pacheco e a escola – o regresso de Deus. In: TORRAL, Luís R.; RIBEIRO, Maria M. T. (et.al.) (Orgs) **Tempo e História. Ideias e políticas**. Lisboa: Almedina, 2015, pp. 549-563.

PACHUKANIS, Evguiény B. **Fascismo**. Tradução Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, [1926-33] 2020.

PACHUKANIS, Evguiény B. **Teoria geral do Direito e do Marxismo**. Tradução Sílvia Donizete Chagas. São Paulo: editora Acadêmica [1924], 1988.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Em nome da segurança nacional: os escritores na mira da polícia. **Revista Crítica Histórica**, Ano II, n. 3, jul. 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/section/12/EmNomeDaSegurancaNacional.pdf> Acesso em 10 jan 2021.

PANDOLFI, Dulce (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. Tradução: Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, [2004] 2007.

PENA-RODRIGUES, Alberto (et.al.). **A guerra da propaganda – Portugal, Brasil e a guerra civil de Espanha: imprensa, diplomacia e fascismo**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2014.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura – a III Internacional face ao fascismo**. (Vol.s. I e II). Tradução de João G. P. Quintela e de M. Fernanda S. Granado. Porto: Portucalense editora, [1971] 1972.

RAMOS, Rui (org.); SOUZA, Bernardo V. e; MONTEIRO, Nuno G. **História de Portugal**. 8ª ed. Lisboa: A Esfera dos livros, [2009] 2015.

SCHIAVON, Carmem G. B. **Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)**. Tese. Doutorado em História. Porto Alegre: PUC RS, 2007.

SALOMON, Ernst von. **Le questionnaire**. Paris: Gallimad, 1993.

SECCO, Lincoln. **Introdução – o que é o fascismo**. Curso Fascismo ontem e hoje: entender para derrotar. Ofertado pela Fundação Perseu Abramo e disponível no site: <https://fpabramo.org.br/>

TASCA, Angelo. **El nacimiento del fascismo**. Barcelona: Crítica, 1967] 2000.

THALHEIMER, August. **Sobre o fascismo**. (Org. Orlando Miranda e Sérgio Antão Paiva). Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, [1930] 2010.

THERBORN **Göran**. **Sexo e poder – a família no mundo** (1900-2000). Tradução: Elisabete Dória. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. Tradução para o espanhol: Eduardo Terrén. 3ª ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno editores. 1991.

TORGAL, Luís R. **História e ideologia**. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

LOS MERCENARIOS DE LA LIBERDAD: Movimiento San Isidro (MSI), activismo político y protestas de derecha en Cuba

"MERCENÁRIOS DA LIBERDADE: Movimento San Isidro (MSI), ativismo político e protestos de direita em Cuba".

Jefferson Rodrigues Barbosa¹

Resumo

Em Cuba na atualidade grupos de direita em organizações da sociedade civil estão articulando campanhas midiáticas e protestos com críticas ao governo e ao regime político. É o caso do Movimiento San Isidro (MSI), organização que tem o potencial em fomentar ações de mobilização. Com o objetivo de entender as formas da sua militância e ativismo político mediado por suportes digitais, este artigo buscou sistematizar dados em busca de contribuir para a evidenciar esta organização como exemplo de grupo de mobilização de caráter reacionário que tem atuado naquele país. A análise do site do MSI, seus links e conteúdos, como livros, artigos e manuais, entrevistas e clips musicais, foram fontes primárias nesta análise. Por fim, o artigo apresenta dados de como o governo e a imprensa oficial cubana estão denunciando os intentos golpistas e o financiamento internacional daqueles aqui denominados de “mercenários da liberdade”.

Palavras-chave: Movimiento San Isidro, direitas, Cuba.

Abstract

In Cuba today, right-wing groups in civil society organizations are articulating media campaigns and protests with criticism of the government and the political regime. This is the case of Movimiento San Isidro (MSI), an organization that has the potential to promote mobilization actions. In order to understand the forms of its militancy and political activism mediated by digital media, this article sought to systematize data in order to contribute to highlighting this organization as an example of a reactionary mobilization group that has been operating in that country. The analysis of the MSI website, its links and contents, such as books, articles and manuals, interviews and music clips, were primary sources in this analysis. Finally, the article presents data on how the government and the official Cuban press are denouncing the coup attempts and the international financing of those here called “freedom mercenaries”.

Keywords: San Isidro Movement, rights, Cuba

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UNESP (2012). Professor de Teoria Política do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e de Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista UNESP/FFC. É pesquisador na área de Ciência Política contemporânea, investigando intelectuais, ideologias movimentos e partidos políticos de direita. Membro, entre outros, do Grupo de Pesquisa Cultura e Política no Mundo do Trabalho, cadastrado no CNPq. Obteve financiamentos da FAPESP, CAPES, CNPq e PET-MEC, apresentando os resultados de suas pesquisas em eventos nacionais e internacionais na área de Ciências Sociais.

INTRODUÇÃO

Em julho de 2021 jornais da grande mídia em âmbito internacional divulgaram notícias sobre protestos que ocorreram em Cuba contra o governo e o regime político de proposição socialista daquele país. Estes protestos, superdimensionados pela imprensa burguesa, e, premeditados, foram mobilizados por grupos de oposição que vêm sendo treinados e organizados com financiamento internacional (MELLO, 2021).

O MSI se apresenta como um coletivo de artistas pela liberdade de expressão e defesa dos direitos humanos. Interpretados aqui neste artigo como um grupo de formação de opinião pública com o objetivo de estimular, incitar atos de protesto contra o governo, orientar ações e divulgar ideias e valores que questionem o modelo político e econômico em Cuba esta organização e seus líderes estão fomentando um ativismo político de direita e de reação a Revolução Cubana. Após os protestos de 2021 alguns de seus líderes foram julgados e presos.

Para o propósito de identificação destas mobilizações de oposição de direita que articula ações de protesto enquanto grupo da sociedade civil esta pesquisa aborda o MSI, a identificação de alguns de seus membros que podem ser pesquisados através da investigação de seu site, blogs e materiais disponibilizados nas suas redes sociais. Em seu site o MSI disponibiliza dezenas de Manuais de treinamento e textos de formação política, numa concepção liberal e de crítica ao sistema político cubano.

Utilizando-se em larga medida de recursos digitais para sua militância, os atuais grupos de direita em Cuba, como o MSI, têm nas tecnologias da informação e comunicação, uma ferramenta primordial para seu ativismo político, e formação de seus militantes.

Aspectos da recente história do Movimiento San Isidro (MSI), lideranças e dados disponibilizados na internet.

O MSI é uma organização recente, fundada em 2018 sob a alegação de contrariedade ao decreto nº 349 referente a atuação do governo em relação as atividades artísticas e culturais. O decreto foi promulgado em dezembro de 2018 sob forte pressão e ataques da administração Trump.

Sob a alegação de defesa da “liberdade de expressão” alguns artistas organizaram- se então num coletivo, batizando o movimento com o mesmo nome do local de sua fundação.

O grupo foi formado através da mobilização de jovens formados pelo sistema universitário cubano, nos melhores cursos no campo das artes, da literatura e comunicação que utilizam agora suas qualificações profissionais para campanhas financiadas e organizadas por organizações

internacionais, com o explícito objetivo de organizar condições para uma contrarrevolução em Cuba.

Um dos principais líderes do MSI é o cantor e rapper Dennis Soles. Em 2020 em Havana, numa ação premeditada ele incitou campanhas de crítica ao governo através de ferramentas de comunicação on-line. Sendo abordado pelas forças de segurança, a chamada Polícia Nacional Revolucionária (PNR) em sua casa, ele foi preso por desacato, julgado e condenado a oito meses de reclusão pelo Tribunal provincial de La Habana. Após a detenção Denis Soles iniciaram uma greve de fome que durou quatorze dias. Fato amplamente publicizado pelos militantes da referida organização através da internet.

A prisão e condenação de Denis Soles foi astuciosamente instrumentalizada pelos ativistas do MSI que iniciaram uma greve de fome em protesto a detenção do referido opositor ao governo cubano também divulgada amplamente pelos militantes do MSI pela internet.

Na ocasião da ocupação e dos protestos que ocorreu no fim do mês de novembro daquele ano de 2020, somou-se aos manifestantes em greve de fome um cubano residente no México, apoiador do MSI, Carlos Manuel Álvarez Rodríguez, havia desembarcado do México. Notificando localidade em que estaria, entretanto, dirigiu-se ao Bairro San Isidro onde estavam os manifestantes em greve de fome e alguns apoiadores. Carlos Rodriguez contrariando as orientações de resguardo e cuidados enquanto recém egresso de uma viagem internacional ao se somar aos manifestantes proporcionou as autoridades governamentais a alegação para intervirem. Diante das normativas de restrições relativas à Pandemia do COVID- 19, uma ação justificada como de violação dos protocolos sanitários e das normas de saúde motivou o fechamento do local que foi evacuado e os manifestantes retirados, no dia 26 de novembro de 2020. A PNR e outros órgãos de segurança e saúde desocuparam o local em que se encontravam os manifestantes os retirando do prédio em que protestavam. Foram quatorze dias de ocupação e protestos, e, seis integrantes do MSI entre os quatorze manifestantes que lá estavam fizeram a referida greve de fome por mais de uma semana. A exigência era a libertação do rapper Denis Solis González.

Na ocasião além do chefe da diplomacia estadunidense em Havana, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo (OPPMANN, 2021), a Corte Interamericana dos Direitos Humanos (OEA, 2020) e o Parlamento Europeu, através de um comunicado da Presidenta da Subcomissão para os Direitos Humanos do Parlamento Europeu (LA VANGUARDIA, 2020), manifestaram também apoio aos manifestantes do Movimento San Isidro.

A repercussão deste acontecimento nos meios de comunicação ecoou no Brasil em Redes Sociais e meios de comunicação do Governo Cubano. A exemplo do jornal Granma e do jornal televisivo “Noticiero Estelar”, entre outros meios jornalísticos referenciados ao final deste artigo.

As notícias sobre os protestos de direita em Cuba em 2020 motivaram a pesquisa sobre o MSI e suas formas de atuação e fontes de financiamento. O ativismo político destas organizações da direita cubana é evidenciado através das ações na sociedade civil realizando ações de protesto em intervenções artísticas, saraus, festivais e shows de Hip Hop e sua música, o rap. O MSI nestes espaços apresenta sua pauta e agenda política de crítica ao governo, ao Partido Comunista Cubano e ao Presidente de Cuba Miguel Díaz-Canel.

São formas não convencionais e não violentas de protesto de oposição de direita por grupos que se apresentam como “alternativos” ou “independentes”.

A divulgação de suas iniciativas e propaganda contra-revolucionária têm na internet sua principal ferramenta, como afirmado. Com disponibilização de manuais de formação política, fomentando a organização de protestos não violentos e buscando a organização da oposição ao governo cubano.

Para esta investigação introdutória sobre o Movimento San Isidro, enquanto um dos grupos atuais de oposição de direita, as principais fontes primárias para esta análise crítica foram os conteúdos divulgados no site do MSI, entrevistas de seus membros, e, os textos publicitados em seus canais de comunicação. O objetivo proposto é evidenciar como os sites, blogs, vídeos desta organização são instrumentos para a mobilização e propaganda desta organização política.

O episódio da prisão de Denis Soles, a greve de fome dos militantes foi ainda somada a atos de protesto em frente ao Ministério da Cultura localizado em Havana. Estes acontecimentos ganharam de fato repercussão em canais jornalísticos de muitos países, e, principalmente nos jornais e meios de comunicação da oposição ao governo socialista de Cuba. (OPPMANN, 2020).

Dennis Soles é um exemplo das novas formas de oposição em Cuba na atualidade. Pois, o referido rapper é um cantor, com várias vídeo clips de rap e reggae, como por exemplo o clipe “Sociedad condenada” (Youtube). Apresentando em suas músicas e vídeo clips, uma boa produção musical. As suas músicas são exemplos das formas de guerras híbridas em desenvolvimento. Uma forma não convencional de busca de mobilização e formação de opinião pública para fomentar protestos e oposições ao governo.

As ações de artistas e intelectuais contrarrevolucionários também não são fenômenos novos em Cuba. No cenário musical contemporâneo grupos de rap como, por exemplo, “Los Aldeanos”, são expressão de como os opositoristas se organizam além de formas políticas

tradicionais também através do cenário musical e artístico. Como evidenciou a reportagem do jornal “The Guardian” (THE GUARDIAN, 2014).

No campo da formação da opinião pública os brasileiros já conhecem ativistas cubanos de direita, como Yoanis Sanches Cordero, militante anticastrista do site “14 y Medio” (VALDEZ, 2014). Esta última esteve no Brasil muitas vezes, em programas de televisão, denunciando e criticando os rumos políticos e a situação de Cuba.

O principal líder do MSI é Luís Manuel Otero Alcântara. Ele também está preso por ações que foram incitadas no referido mês de julho de 2021, Como liderança do MSI ele já teve participação em diferentes ações de oposição e protestos contra o governo de Cuba. Fatores que o levou a detenção.

Segundo o site do MSI:

Quiénes somos

Artista visual y activista. (...) Es co-autor del Museo de la Disidencia en Cuba, plataforma que establece espacios de diálogos y de creación artística; y por el que fue merecedor en 2018 del Index on Censorship Freedom of Expression Awards, en la categoría Arte. Este mismo año realizó la conferencia performativa Otro Tratado de París en el evento Hors Pistes, 13 Edición. La Nación y sus ficciones en el Centro Pompidou. París, Francia.

Fue el coordinador principal de la #00Bienal de La Habana, gesto celebrado de manera independiente en 2018 a raíz de la errónea decisión del Ministerio de Cultura de posponer la edición 13 de la Bienal oficial. Ha participado en foros de debate internacionales como Creative Time y Forum 2000.

Es iniciador de la Campaña Artistas Cubanos en contra del decreto 349, que comenzó en julio de 2018 con una protesta pacífica frente al Capitolio Nacional, sede del Parlamento Cubano. Forma parte del Movimiento San Isidro, colectivo surgido al calor de la campaña contra el mencionado decreto y que aúna a promotores, artistas, productores, activistas, que demandan una revisión de la política cultural vigente mediante un grupo de acciones socioculturales. (MSI. QUIENES SOMOS).

Os outros seis nomes de lideranças da organização são apresentados no site oficial do MSI. Entre eles destacam-se; Iriz Ruiz, identificada como atriz e teatróloga, formada pelo Instituto Nacional de Arte. Ela é membro do conselho diretivo do MSI, ligada a organizações que defendem a luta feminista.

Michel Matos, apresentado segundo o site e o Vice-coordenador do MSI. Identificado como Produtor Cultural, formado no curso de História e Filosofia pela Universidade de Havana. Ele é apresentado como Director e cofundador da chamada Casa Productora Matraka, agência dedicada a criação cinematográfica e divulgação de arte. Uma informação interessante é que este militante e liderança do MSI, segundo o site da organização é; “Productor y cofundador del festival

independiente de Hip Hop Puños Arriba, dedicado a la promoción y premiación de la creación de Rap independiente”.

Entre as lideranças do MSI existem ativistas que se apresentam como militantes pelas questões de raça e gênero como a chamada; Afrik3Reina. Outra militante do MSI chamada Aminta D’Cárdenas é apresentada no site da organização como produtora da MatraKa Producciones e organizadora da revista chamada “Rotilla Magazine”. Outra liderança é Yanelys Nuñez Leyva, formada em História da Arte pela Universidade de Havana. Amaury Pacheco que é apresentado no site como poeta. Este, já desenvolveu trabalhos com a organização reacionária cubana “Las Damas de Blanco” e com o “Comité de Ayuda a Presos Políticos y Familiares” (CAPPF) auxiliando na produção de materiais audiovisuais. Por fim, a última liderança do MSI, entre os sete nomes disponíveis em seu site é de Nonardo Perea. Ele é apresentado como artista visual e youtuber tem também uma função importante na organização, entre os muitos prêmios literários que são mencionados, ele tem um canal no *Youtube* com temas LGBT.

As referências completas dos dados dos líderes do MSI referenciados acima podem ser verificadas em seu site no link? Quiene Somos?

No site do MSI nos links “Cultura” e “Liberdaded” são apresentados artigos como; “*Concierto en la Madriguera por la campaña en contra de la 349*” e o artigo “Concierto “Sin permiso de la 349”. Os textos divulgados abordam principalmente a campanha pela libertação do rapper Denis Soles, a crítica contra do Decreto N°349. Por exemplo, no artigo intitulado: “*Llamado urgente para preservar la vida de los huelguistas concentrados en la sede del Movimiento San Isidro*”, foi possível observar informações relevantes. Como, dezenas de nomes de organizações de cubanos e de exilados cubanos, assim como, organizações internacionais.

São referências potencialmente uteis para um mapeamento da rede de grupos de direita que se articulam para a derrubada do governo socialista cubano.

Um dos conteúdos do site do MSI mais interessante e com maior riqueza de dados chama-se; “*Ayuda a la Sociedad Civil*.” Neste link estão são disponibilizados 59 documentos, entre manuais, livros, entre outros materiais de estudo para a preparação e formação dos seus quadros de militantes e aproximar simpatizantes. São diversos materiais de formação de comunicadores, literatura apresentada como feminista, manuais de técnicas não violentas de luta e manifestação política. São disponibilizados para download, livros de Gene Sharp, famoso assessor e intelectual do governo estadunidense que escreveu e pesquisou sobre métodos não convencionais de organização e protestos políticos.

Entre os manuais de organização e formação política no link “Ayuda a la Sociedad Civil” e o documento intitulado “Movimiento San Isidro: cultura y libertad, 2019” (MSI, 2019) apresenta informações importantes.

O Documento é composto por textos e imagens com uma boa qualidade de projeto gráfico e fotografia, as vinte quatro páginas apresentam na primeira parte informações sobre a história e objetivos do MSI, justificado como um coletivo de artistas que se auto-organizou em oposição as supostas ações do governo restringindo a liberdade de expressão e direitos humanos. O Decreto N° 349 é criticado como uma expressão da intervenção e cerceamento dos artistas em Cuba, segundo as informações do referido documento.

O MSI realizada também debates através da organização de encontros chamados “Mesas Cuadradas” que funcionam como espaços de discussão, intervenção artística e debates para críticas sobre a conjuntura.

O posicionamento de oposição ao Partido Comunista de Cuba é explícito no site do MSI:

Cuba es una de las sociedades más cerradas en cuanto a información a nivel mundial, esta ha sido y es la política oficial del Partido Comunista. Sin embargo, en el último año, esta brecha se ha resquebrajado un tanto por la apertura del internet, aunque, aun en la red existen un sinnúmero de páginas bloqueadas pues su contenido atenta contra lo que el régimen denomina “valores” de la sociedad socialista. La campaña tuvo presente estos obstáculos la desarrollar los planes de acción estratégica. Es siempre un imperativo ser capaz de visualizar y planear dónde una campaña tendrá más visibilidad e igualmente por qué vía o medio, su mensaje tendrá un impacto más masivo. El foco mayor estaba basado en internet, y en el uso de las redes sociales, principalmente Facebook, red más usada entre los cubanos. Se proyectó la creación de grupos, inserción de fotos y videos de artistas cubanos y personajes públicos que apoyaban la campaña, así como entrevistas a los miembros de San Isidro. Se apostó por una estrategia que pretendía conocer el entorno cubano y las características de los que podían ser potenciales aliados en el extranjero (MSI, 2019, p. 16)

É explícita a intenção desta organização de fomentar protestos e gerar repercussão midiática contra o Governo e o sistema político de Cuba hoje.

[...] Discernimos tres objetivos en este sentido. i) copar las redes sociales donde más estuvieran presentes los cubanos, ii) acercar como aliados a los medios de prensa independientes en la Isla o fuera de esta (estos son medios pequeños pero cuyo foco de atención es la realidad nacional

cubana), y finalmente, ii) nos propusimos acceder a los grandes medios de comunicación de impacto internacional. ...] Lo otro importante son las formas, es decir las vías o herramientas a través de las cuales entregas el mensaje, según el público objetivo al cual te dirijas. Si tu público objetivo está en un rango etario “joven”, la construcción del discurso debe ir apoyado en esta información y basado en las mismas características. Si esperas dirigirte a un público conservador, (quizá el estamento comunista del país), debes tener esto en consideración y usar sus mecanismos o códigos del lenguaje para tratar de ser parte de la agenda pública. De esta manera San Isidro, como movimiento incidió en la agenda pública. (MSI, 2019, p.17)

Outra referência importante de como a internet é instrumentalizada pela oposição de direita realizada pelo MSI através de recursos digitais e meios de comunicação virtuais para ativismo político é o site chamado “Museu da Dissidência:

¿Quiénes Somos?El Museo de la Disidencia en Cuba (MDC) es una obra de arte creada en el año 2016 por el artista visual Luis Manuel Otero Alcántara y la Historiadora del Arte Yanelys Núñez Leyva. Funciona como una plataforma dinámica que pretende desplegarse online pero también proyectarse de distintas maneras en contextos reales. Según el Diccionario de la Lengua Española el vocablo “disidir” (Del lat. dissidere) significa «separarse de la común doctrina, creencia o conducta» y “disidencia” (Del lat. dissidentia) «f. Acción y efecto de disidir» o «f. Grave desacuerdo de opiniones». Partiendo de estos conceptos, que no describen una diferenciación o brecha entre sus practicantes por algún tipo de connotación teórica, el Museo es un proyecto que se acerca a la historia de Cuba asumiendo la disidencia como una marca que afecta a todos los relatos y personajes, amén de las especificidades epocales. Desde esta operatoria se quiere comenzar a re-contextualizar el concepto de ‘disidencia’ afirmando la necesidad actual de diversidad política en Cuba. (MSI, MUSEO DE LA DISSIDENCIA)

No site do Museu da dissidência são disponibilizadas informações históricas de Cuba desde o período colonial, pós-colonial e da Cuba contemporânea após a revolução de 1959. O site apresenta uma proposta de revisionismo histórico à direita, trazendo informações sobre os processos políticos e lutas sociais, personagens históricos e líderes políticos de oposição.

O PAPEL DA IMPRENSA CUBANA EM OPOSIÇÃO AOS GRUPOS DE DIREITA.

O jornal oficial do governo cubano Granma (2021) publicou um importante artigo intitulado; “*Los ideólogos del golpe blando: Open Society en Cuba y la articulación contrarrevolucionarias*”. Nele foram analisados dados que apontam as formas de atuação destas organizações de direita em Cuba

e suas formas de financiamento externo subsidiadas por organizações estrangeiras interessadas na derrubada do governo socialista.

Para esto, los planes estadounidenses, además de los financiamientos de la National Endowment for Democracy (NED) y la USAID, ponen a Cuba en la lista de países en los que actúa la entidad financiera internacional Open Society Foundations, creada por el multimillonario George Soros, que se dedica a la organización de proyectos grupales, que utilicen las causas sociales y de derechos humanos para trabajar por el derrocamiento de gobiernos y cambios de régimen, bajo el romántico nombre de "revoluciones de colores". Con una experiencia en países de Europa del Este como Serbia, Georgia, Ucrania, y Bielorrusia, y utilizada igualmente en las llamadas Primaveras Árabes y contra procesos de izquierda en América Latina. Open Society no actúa por sí sola, sino que lo hace como parte de la agenda de injerencia internacional de los Estados Unidos (GRANMA, 2021).

O referido artigo destaca a cobertura que a imprensa oficial da ilha vem dando aos vínculos destes ativistas de direita com grupos políticos e econômicos internacionais. O texto aborda que entre as formas de contrarrevolução experimentadas pela oposição de direita em Cuba e no exterior e as suas novas formas de ativismo político:

La emisión especial de la Televisión Cubana del pasado 28 de noviembre marcó un cambio en cuanto a la exposición pública por el sistema de medios de comunicación del Estado Cubano de las intenciones estadounidenses de financiamiento y organización de una nueva contrarrevolución para provocar un golpe blando en Cuba. Fue seguida de emisiones de la Mesa Redonda, segmentos en el NTV, programas de información, artículos en Granma y Cubadebate, así como un seguimiento en diversos medios de comunicación institucionales. Nunca antes el funcionamiento de esa nueva contrarrevolución, el uso intencionado de redes sociales y medios digitales, así como los actos de vandalismo terrorista y sus vínculos, articulados para la desestabilización de la sociedad cubana, habían sido expuestos al pueblo de esa manera. (IBIDEN, 2021).

O papel que a imprensa e os meios de comunicação estatais e, também blogs e sites de apoiadores do governo estão desempenhando na cobertura, investigação e divulgação de informações referentes a organizações políticas e intelectuais contrarrevolucionários é muito interessante.

Em Cuba, os principais jornais, como o jornal exibido no horário nobre todas as noites, o “Noticiero Estelar”, o jornal on-line “Cuba Debate”, o jornal “Granma”, entre outros deram ampla cobertura aos protestos de direita que ocorreram em novembro de 2020.

Na reportagem; “Movimiento San Isidro: un intento de golpe no tan blanco.”, publicada em 11 de dezembro de 2020 no site “Cuba Periodistas”, foram apresentados dados sobre o MSI, detalhando

informações sobre o rapper Denis Soles, e, fazendo referência também as manifestações de protestos em frente ao Ministério da Cultura organizadas pelo MSI:

Son multiformes las tácticas del gobierno de Estados Unidos para asediar a gobiernos que no actúan según sus imposiciones globales. En particular han desarrollado una amplia capacidad para captar el descontento de sectores sociales y minar la paz social con revoluciones de colores os métodos análogos que finalizan en “golpes blandos” cuando se permite que prosperen. En el caso reciente de Cuba pareciera que hay algo más que una revuelta de artistas e intelectuales, se detallan los hechos (CUBA PERIODISTAS, 2020).

A reportagem citada, publicada no jornal “Cuba Periodiostas” foi importante nesta pesquisa sobre o MSI porque apresentou dados sobre a ingerência do governo dos EUA através de Timothy Zúñiga- Brown, chefe da Missão Diplomática dos EUA em Havana, que havia na ocasião manifestado apoio ao MSI e aos ativistas que realizaram a greve pela libertação de Denis Soles.

Ese sábado fue citado Timothy Zúñiga-Brown, jefe de la misión diplomática de Estados Unidos en La Habana a quien el gobierno cubano le expresaría su rechazo por el apoyo a miembros del MSI.

En una nota publicada en la página oficial de la Cancillería cubana se informó que el haber acudido personalmente a la vivienda de la histórica barriada habanera de San Isidro, “donde se desarrollaba un evento de provocación política y social”, y llevar en su coche a varios de los activistas, son “graves violaciones” de las funciones de Zúñiga-Brown como diplomático y jefe de misión.

Agrega el comunicado que se trata de “una intromisión flagrante y desafiante en los asuntos políticos internos de Cuba y violaciones incontestables de la Convención de Viena sobre Relaciones Diplomáticas”. El canciller cubano le pidió al diplomático estadounidense trasladar a su gobierno la inconformidad. También expresó que: “Cuba no permite a Estados Unidos, ni a Estado alguno la injerencia en los asuntos internos del país”.

El canciller cubano no solo se limitó a presentar una queja formal ante Washington, sino también acusó al gobierno imperial de financiar, orientar e incitar a grupos opositores en la isla buscando que desafíen la autoridad del gobierno, tanto por vías pacíficas como por vías violentas” (IBIDEN).

A última publicação jornalística analisada neste artigo foi publicada no jornal Cuba Debate, intitulado; “*El multimillonario financiamiento a la industria anticubana en tiempos de Trump*” (FALCON, 2020).

A análise das reportagens produzidas pelos jornais oficiais do governo cubano foi esclarecedora, apontando nomes de organizações de oposição e suas fontes de financiamento. Destacando o elevado investimento de governos estadunidenses para a preparação e atuação de organizações na dimensão da cultura, artes e periodismo, sob a suposta bandeira de defesa dos direitos humanos e democracia. Como por exemplo, os canais midiáticos de oposição como; “Tv e Radio Martí”, a “14 y Medio” de Ionne Sanches, o site opositorista “Cyber Cuba”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de comunicação e ativismo político de grupos de direita em Cuba, são parte de uma estratégia comunicacional arquitetada pelo imperialismo estadunidense e aparelhos de hegemonia divulgadores da ideologia burguesa, através de uma rede de canais de informação sobre “democracia e liberdade”.

Organizações internacionais como a USAID, a Comissão de Assistência para uma Cuba Livre durante o governo G. Bush, entre outros instrumentos da política externa e segurança dos Estados Unidos, como por exemplo, a Fundación Nacional para a Democracia (organização vinculada ao partido republicano), proporcionam grande atenção e recursos para os opositoristas do governo cubano.

O Movimiento San Isidro é um inimigo a ser combatido pelos defensores da Revolução Cubana. Algumas de suas lideranças continuam presas e este elemento tem servido as campanhas do MSI em busca de mobilização e propaganda de oposição.

A assistência, capacitação e financiamento destas organizações são apontadas pelas reportagens jornalísticas referenciadas neste artigo. Provocar subversão e estimular condições para um processo de câmbio, à direita. Nesta guerra de manipulação midiática a popularização da internet naquele país tem proporcionado novos campos de luta para a dissidência de direita.

O objetivo do MSI é reverter a Revolução Cubana para uma restauração capitalista em Cuba. Com financiamento e capacitação para fomentar protestos à direita os “mercenários da liberdade” atuam de forma a fomentar e mobilizar oposições ao governo. São agentes da reação em defesa da restauração capitalista em Cuba.

REFERÊNCIAS

CUBA DEBATE. **Cibernegocio contra Cuba y los medios dependientes que le hacen el juego.** Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2020/12/29/cibernegocio-contra-cuba-y-los-medios-dependientes-que-le-hacen-el-juego/> Data acesso: 15 de janeiro de 2021.

CUBA PERIODISTAS: **Movimiento San Isidro: um intento de golpe no tan blanco.** 11 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.cubaperiodistas.cu/index.php/2020/12/movimiento-san-isidro-un-intento-de-golpe-contra-cuba-no-tan-blando/> Data de acesso 11 de janeiro de 2021

FALCON , Randy A. El multimillonario financiamiento a la industria anticubana en tiempos de Trump. **Cuba Debate**, 21 de outubro de 2020. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2020/10/21/el-multimillonario-financiamiento-a-la-industria-anticubana-en-tiempos-de-trump/> Data de acesso: 1 de janeiro de 2021.

GRANMA. **Los ideólogos del golpe blando: Open Society en Cuba y la articulación contrarrevolucionaria.** Havana: 06 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.granma.cu/mundo/2021-01-06/los-ideologos-del-golpe-blando-open-society-en-cuba-y-la-articulacion-contrarrevolucionaria-06-01-2021-19-01-13> Data de acesso: 15 de janeiro de 2021.

LA VANGUARDIA. **Eurodiputada expresa preocupación por la situación del movimiento San Isidro.** 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/politica/20201126/49731253714/eurodiputada-expresa-preocupacion-por-la-situacion-del-movimiento-san-isidro.html> Data de acesso: 15 de janeiro de 2021

MELLO, M. de. Cuba: conheça as figuras de oposição que promoveram as manifestações. **Brasil de Fato.** 21 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/21/cuba-conheca-as-figuras-de-oposicao-que-promoveram-as-manifestacoes> Data de acesso: 01 de abril de 2022.

MSI. **Quienes somos?** Disponível em: <https://msiberia.org/quienes-somos/>. Data de acesso: 15 de janeiro de 2021.

MSI. **Ayuda a la sociedade civil – introducion.** Disponível em: <https://www.movimientosanisidro.com/ayuda-a-la-sociedad-civil/> Data de acesso 13 de janeiro de 2021.

MSI. **Museo da dissidência.** Disponível em: <http://museodeladisidenciaencuba.org/> Data de acesso: 15 de janeiro de 2021.

OEA. **La CIDH rechaza el operativo arbitrario contra del movimiento San Isidro en Cuba y reitera sus obligaciones internacionales en derechos humanos.** 28 de novembro de 2020. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/286.asp> Data de acesso: 15 de janeiro de 0 2021.

OPPMANN, P. **Ministros de Relaciones Exteriores de Estados Unidos y Cuba intercambian acusaciones en Twitter sobre un rapero encarcelado cuyo arresto provocó protestas.** CNN. 25 de noviembre de 2020. Disponible em: <https://cnnespanol.cnn.com/2020/11/25/ministros-de-relaciones-exteriores-de-estados-unidos-y-cuba-intercambian-acusaciones-en-twitter-sobre-un-rapero-encarcelado-cuyo-arresto-provoco-protestas/> Data de acesso: 15 de janeiro de 2021.

RAZONES DE CUBA: **Medios “independientes” financiados por el Gobierno de los EEUU para la subversión contra Cuba.** Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=9uXuP8D1icA&t=2s>. Data de acesso: 15 de janeiro de 2020.

The Guardian. **Agência norte-americana se infiltrou na cena hip-hop cubana para provocar inquietação juvenil.** 11 de dezembro de 2014. Disponible em: <https://www.theguardian.com/world/2014/dec/11/cuban-hip-hop-scene-infiltrated-us-information-youth> Data de acesso: 15 de janeiro de 2021.

VALDES. R T. **Disidente cubana lanza primer periódico online independiente de Cuba.** REUTERS. 21 de maio de 2014. Disponible em: <https://www.reuters.com/article/latinoamerica-cuba-disidente-medio-idLTAKBN0E116R20140521> Data de acesso 14 de janeiro de 2021.

YOUTUBE. Denis Soles Gonzalez. **Sociedad condenada.** Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=oQ1aesrj24> Data de acesso: 15 de janeiro de 2021.

NEOFASCISMO, FORMA POLÍTICA DO CAPITALISMO EM CRISE: antinacionalista, neoliberal, racista

NEOFASCISM, POLITICAL FORM OF CAPITALISM IN CRISIS: anti- nationalist, neoliberal, racist

Yuri Martins-Fontes¹

Resumo

O fascismo é uma *forma política* do regime capitalista, posta em prática quando as classes dominantes veem ameaçado seu controle sobre o processo político-eleitoral; é assim abandonado o discurso liberalista-formal, com que em tempos de “estabilidade” do capitalismo, adornam de “democrático” seu sistema autoritário. Com o aprofundamento da *crise estrutural capitalista* – fenômeno que se explicita há décadas, resultando em frequentes crises econômicas, sociais, ambientais –, uma retirada brusca de direitos sociais torna-se crucial para a manutenção dos lucros do capital. Na América Latina, este processo, direta ou indiretamente impulsionado pelos EUA e UE, interrompe cerca de dez anos de governos reformistas. Por outro lado, é importante atentar a uma peculiaridade: ao contrário do que ocorreu no “fascismo clássico”, e em algum grau dá-se ainda no *centro do sistema*, em *periferias* do capitalismo nas quais não se desenvolveu uma *burguesia nacional*, caso das nações latino-americanas, os *fascistas* (como as classes altas de modo geral) não se identificam com a nação onde habitam, não sendo “nacionalistas” nem mesmo em um restrito sentido *elitista*. Ademais, o racismo, historicamente relacionado ao fascismo, em nossa América mestiça ganha enorme centralidade.

Palavras-chave: Fascismo, neoliberalismo, antinacionalismo, racismo, crise estrutural capitalista.

Abstract

Fascism is a political form of the capitalist regime, put into practice when the dominant classes see their control over the political-electoral process threatened; the formal-liberalist discourse, with which in times of “stability” of capitalism, they adorn their authoritarian system as “democratic”, is thus abandoned. With the deepening of the *structural crisis of capitalism* – a phenomenon that has been explicit for decades, resulting in frequent economic, social, environmental crises – a sudden withdrawal of social rights becomes crucial for the maintenance of capital’s profits. In Latin America, this process, directly or indirectly driven by the US and the EU, interrupts about ten years of reformist governments. On the other side, it is important to

¹ Filósofo, escritor e professor; doutor em História Econômica (Universidade de São Paulo/Centre National de la Recherche Scientifique), com pós-doutorados em Ética e Filosofia Política (FFLCH-USP), e em História, Cultura e Trabalho (PUC-SP). É membro da coordenação-geral do Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da USP, e autor, entre outros livros, de “Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui” (Alameda/Fapesp, 2018), e “Cantos dos Infernos” (Edit. Patuá, 2021). Endereço eletrônico: yurimfl@usp.br.

pay attention to a peculiarity: contrary to what happened in the “classical fascism”, and in some degree it still happens in the *center of the system*, in the *peripheries* of capitalism in which a *national bourgeoisie* did not develop, as in the Latin American nations, the fascists (as the *upper classes* in general) do not identify themselves with the nation they inhabit, not being “nationalists” even in a restricted elitist sense. Moreover, racism, historically related to fascism, gains enormous centrality in our miscegenated America.

Keywords: Fascism, neoliberalism, antinationalism, racism, structural crisis of capitalism.

INTRODUÇÃO

O fascismo é uma forma política do regime capitalista, surgida em sua fase imperialista, posta em prática em tempos nos quais as classes dominantes perdem o controle que de praxe detêm sobre o processo político-eleitoral. Ao perceber em risco seus propósitos de acumulação de capital, os setores mais reacionários das elites, apoiados por significativas parcelas conservadoras das classes médias, abandonam o discurso liberalista-formal com que em tempos de “estabilidade” do capitalismo adornam com tons “democráticos” seu sistema autoritário. Em uma época como a nossa, na qual a crise estrutural do sistema capitalista se evidencia já há décadas, resultando em crises econômicas, sociais e ambientais cada vez mais graves e frequentes (como sobretudo a de 2008 e a de agora), uma retirada mais brutal de direitos sociais torna-se ponto chave para a manutenção dos lucros do capital. Os capitalistas apelam, pois, ao fascismo.

PECULIARIDADES DO NEOFASCISMO NA AMÉRICA LATINA: RACISTA E ANTINACIONAL

Na América Latina, o processo de escalada autoritária para retirada de direitos, direta ou indiretamente impulsionado pelos EUA e seus aliados subalternos europeus, interrompe cerca de dez anos de projetos reformistas: de governos que, ainda que não tenham tido forças para mudanças mais sólidas ou “estruturais”, implementavam políticas públicas social-desenvolvimentistas de extrema *urgência* (dado o nível explosivo da desigualdade social e miséria).

Por outro lado, é importante aqui atentar a uma peculiaridade: ao contrário do que ocorreu em países do centro do sistema capitalista, em certas nações *periféricas*, de formação histórica colonizada, caso das latino-americanas, não se formou uma *burguesia nacional*, com valores e interesses “nacionalistas”, mas somente uma *burguesia interna*, sempre sócia minoritária do capital estrangeiro – conforme o mostra Caio Prado Júnior (1966). Como consequência, da mesma forma que a elite de modo geral, os fascistas latino-americanos não se identificam com a nação onde habitam, com seu povo – não têm nenhum projeto, empatia ou sentimento “nacionalista”, nem

mesmo de cunho conservador, elitista, restrito a privilegiados, como no caso do “fascismo clássico”.

Ademais, *o racismo*, em nossa América maiormente mestiça, de formação escravista e sem uma *burguesia nacional*, é um fator que ganha enorme centralidade na composição da ideologia fascista. Como já bem estudado e documentado pela historiografia, o discurso racista é historicamente relacionado ao fascismo para justificar a perseguição e criminalização do outro, a xenofobia, as regalias das classes rentistas – pretensamente pertencentes a uma “raça pura” (“ariana”), que seria “superior” –, como se deu na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini, com suas “leis raciais”. Neste mesmo caminho torto, as elites latino-americanas – e a classe média conservadora que nela se espelha almejando seu *status* –, sendo uma burguesia que, como colocado, não se reconhece como *semelhante* a seu povo, desenvolveu um acentuado racismo. Identificando-se com o colonizador europeu, crente que ela mesma é europeia e “branca” – mesmo nos tantos casos em que é mestiça, como bem analisa Mariátegui (1980) –, as camadas dominantes se usam *política e psicologicamente* desta ilusão de superioridade.

Em nossas nações, esse racismo – de viés eurocêntrico, exaltando como valor uma suposta “branquitude” – atinge a maior parte das *camadas populares* (pois que formadas sobretudo por negros, indígenas e mestiços), servindo para que a burguesia “moralmente” justifique, a si mesma e aos seus, os disparatados privilégios que busca manter à força.

Já no caso da classe média, a este fator peculiar, é muito presente um outro fator “clássico”: o medo de que as classes mais baixas possam com ela disputar espaços e benesses sociais. Este temor, no contexto brasileiro, cresceu exacerbadamente nos últimos anos, disseminando-se como sadismo e ódio (o que por vezes é publicizado, sem receio, por justiceiros em gestos covardes); isto se deve à ascensão social das massas, impulsionada por governos progressistas, o que incomoda certa camada mediana, já que por exemplo não podem mais ter à sua disposição um ou uma serviçal doméstica para lhe limpar as sujeiras íntimas (ao menos não da forma *semiescravizada* como ocorria, com salários de fome, sem sequer os mais mínimos direitos trabalhistas).

Analisemos então mais de perto as causas socioeconômicas do fascismo que ora ascende.

CRISE ESTRUTURAL CAPITALISTA: DO NEOLIBERALISMO AO NEOFASCISMO

Ao final dos anos 1970 e durante os 1980, o *neoliberalismo* se apresentou como a roupagem nova do *velho lobo* capitalista em crise, em nome da manutenção da *taxa de lucros do capital* – que

declinava, e segue declinando, pois que se trata de um problema relativo à sua própria lógica interna (MARTINS-FONTES, 2019).

Com a derrota econômico-política da União Soviética na Guerra Fria, no início dos anos 1990, restando os Estados Unidos como única superpotência, esta seria a “década neoliberal” por excelência: o ápice de sua hegemonia. Tal regime, com sua *austera* violência social, seria assim adotado por mais de década pelos países servis de grande parte da *periferia do sistema*, como o Brasil ou a Argentina. Estes povos, esgotados por anos da violência crua, “direta”, exercida por sanguinárias ditaduras militares, acabaram por aceitar o “novo regime” – propagandeado intensivamente pela grande mídia antinacionalista, porta-voz dos interesses do “mercado”, como sendo um projeto de “modernização” do país².

Pouco tempo depois, porém, já em fins dos 1990, o cenário começaria a mudar: a população já dava mostras evidentes de descontentamento, espremida em suas condições mínimas de sobrevivência: no campo dilacerado e na caótica cidade da “austeridade” neoliberal. Deste esgotamento humano resultaram crises sociais e econômicas que abalaram a *governabilidade reacionária*: a crise do México (cujo efeito *Tequila* contamina a economia global); a quebra do Real brasileiro (com impactante desvalorização monetária, inflação e aumento da miséria); por fim, o ponto simbolicamente mais alto – a dissolução das instituições argentinas, que derruba quatro presidentes em sequência, abrindo espaço à ascensão de Néstor Kirchner. O jovem neoliberalismo já estava cansado de velho, o que daria espaço para que, no início do novo século, se erguessem projetos reformistas (Chávez, Lula, Kirchner, Correa, etc) por grande parte da América, bem como em outras regiões do planeta.

Todavia, foi breve o período em que nossos povos respiram o ar fresco de certa dignidade: já em 2008 estoura uma devastadora (nova) econômica mundial – a primeira desde a *Quebra* de 1929 começada no seio do *centro capitalista* (o sistema de finanças dos EUA). Não se tratava de uma *marola*, mas de uma *tempestade* gestada por décadas: a “crise estrutural do capitalismo”, já prevista analiticamente por Marx um século antes de se agravar em ferida exposta. Uma crise que não é mais cíclica apenas, mas que faz parte da própria “lógica interna” capitalista, e que fora afinal disparada, evidenciada, pela situação instável e socialmente declinante de um sistema cada vez mais automatizado – e que, portanto, precisa de cada vez menos humanos trabalhando para si, o que faz com que os capitalistas tenham, por conseguinte, menos possibilidade de lucros. Uma crise

² O novo regime foi vendido como “mal-menor”, com ares de verdade científica e “progresso” certo por uma gama de poderosos patifes antinacionalistas, sob o manto de “intelectuais” ou “estadistas” – caso do vendilhão de templos Fernando Henrique Cardoso, ser mutante que ainda em sua quase-vida escreveu o próprio epitáfio: “esqueçam o que escrevi”.

irreversível, ao menos nos padrões deste regime. Resultado: desemprego em massa, exclusão social como fenômeno não mais “cíclico” (periódico, reversível), mas “estrutural”, pois conforme cresce a incontornável “automatização”, dá-se em paralelo a exclusão em massa de trabalhadores do sistema produtivo (o “desemprego estrutural”). Um processo, enfim, que não tem solução dentro desse modelo produtivo exploratório, autoritário, alienante.

Na nossa América social-desenvolvimentista dos anos 2000, que se reerguia após duas décadas socioeconomicamente *perdidas* (1980 e 1990), os efeitos da crise capitalista tardariam alguns anos para nos afetar; mas por volta do início da segunda década começam a chegar com fúria. Com a depressão da economia e a sociedade novamente em polvorosa, chegam também os golpes conservadores, apoiados por uma inteligência bélica imperial renovada. Esta nova prática de guerra “suave”, diferente daquela que com navios de guerra intimidou a resistência brasileira em 1964, é dita também “guerra híbrida”; vem sendo praticada nos “quintais” do planeta por instituições governamentais dos EUA e UE, e por ricas organizações particulares (com patrocínio destes *estados fortes*, em nada “mínimos”); e opera mediante: propaganda, patrocínio de milícias para desestabilização de governos³, sanções econômicas e, quando preciso, introdução ou mesmo uso direto de armas.

Após dez anos de trégua, a nova crise desgastou rapidamente o equilíbrio ainda tênue de nossas sociedades, no momento em que se começava a concretizar uma grande parceria estratégica entre as maiores nações semiperiféricas e periféricas do planeta: os BRICS, união geopolítica e comercial formada por Brasil, Rússia, Índia, China e depois África do Sul. Tal agrupamento, nos últimos anos foi de fato desmobilizado, devido a golpes implementados pelo “Ocidente” nas nações mais frágeis do bloco; mas ainda assim acabou por se consolidar em outro formato, que embora reduzido econômica, cultural e demograficamente, manteve grandemente o poderio geopolítico e bélico: a aliança eurasiática sino-russa que na atualidade enfrenta os interesses da OTAN (a Rússia em armas, a China quase), mediante parceria jamais ocorrida na história.

A reação dos donos do mundo frente a organização dos subalternos chegaria cedo ou tarde, com mais ou menos do costumeiro “discurso democrático” com que preparam o terreno da *opinião pública* antes dos ataques mais hediondos. Decerto que no jogo viciado do poder global – até então completamente dominado pelos EUA e seus sócios menores europeus-ocidentais –, não se iria tolerar um novo *ator* geopolítico com tanto poder, com tanta população, com tantos recursos

³ Veja-se as “revoluções coloridas” que levaram fascistas ao poder em países como a Ucrânia.

naturais, com tanta capacidade de difusão de sua perspectiva ideológica e cultural. A aliança imperial do eixo norte-atlântico, que perdura há três quartos de século (desde que os EUA dominam a Europa Ocidental, em 1945), mostraria novamente suas garras, agindo tanto na concretude do poder de destruição direta (física) da OTAN, como também através de ações indiretas socioeconômicas, culturais (mais discretas e com surpreendente efetividade) – sempre impulsionadas pelo caixa aberto do bilionário Grupo dos Sete (G7)⁴.

A partir deste movimento conservador, vem o aprofundamento da crise latino-americana (mais uma), que de econômica, torna-se política e social. A mídia corporativa internacional (representante da banca global que a sustenta), com o apoio de institutos de persuasão estratégicos (“think tanks”), além da prática da perseguição judicial (“lawfare”) e de outros meios da moderna *guerra híbrida*, passam cotidiana e paulatinamente a degradar os governos reformistas de centro-esquerda então no poder, difamando-os, emitindo noticiários parciais ou incompletos (nos quais a parte “esquecida” é fundamental, quando não a mais importante). Deste modo, com o artifício da publicidade e da deseducação massiva veiculadas universalmente, com meias-mentiras despejadas a todo momento nos *desempregados* aparelhos televisores e rádios e redes sociais do país (já abalado pela crise econômica global), o descontentamento popular toma conta das ruas, do sentimento nacional.

A burguesia latino-americana aproveita a oportunidade. Unidos em torno de projetos pessoais e antinacionais, os conspiradores da alta-roda – os grandes industriais e latifundiários, as *castas* superprivilegiadas dos juízes e parlamentares fisiológicos, os generais entreguistas do alto-comando⁵ – concluem enfim seus renovados golpes: coloridos de “democráticos”, ou não (veja-se Honduras), mas em todo caso, sempre com explícitos objetivos *neoliberais*.

Neste processo de reimplementação do neoliberalismo a fórceps, nalguns casos em que a fragilidade eleitoral do conservadorismo nacional o exigiu, necessitou-se apelar para formas políticas mais duras: caso do *fascista* brasileiro eleito presidente no movimento final do golpe de estado de 2016, elemento *semi-incapaz* que, se não teve força para impor ao país o *fascismo* enquanto *regime* (dada sua dificuldade de planejamento e raciocínio), vem dando espaço aos mais aberrantes e irracionais comportamentos antissociais, às mais sórdidas práticas públicas e políticas.

⁴ O G7 é controlado pelos EUA e conformado pelas potências nucleares França e Reino Unido, pelo vizinho “apêndice” Canadá, e pelos ricos “submetidos” pós-II Guerra Itália, Alemanha, além do ocidentalizado Japão).

⁵ O alto-comando militar na América Latina de modo geral se caracteriza por ser antinacionalista, subalterno aos governos dos EUA, entreguista; no caso brasileiro, é “resto de farda” que sobrou após a extirpação ético-ideológica que a ditadura impôs a partir de 1964 nas Forças Armadas, expulsando e assassinando oficiais socialistas, reformistas e até mesmo os apenas nacionalistas.

NOVO FASCISMO NEOLIBERAL: GLOBALIZAÇÃO E NAÇÃO DIMINUÍDA

No caso brasileiro, a classificação do *bolsonarismo* como fascista tem sido motivo de debates. A professora Marilena Chauí, em recente artigo sobre o novo movimento ultrarreacionário, “Neoliberalismo: a nova face do totalitarismo” (2019), afirma que está extrema-direita neoliberal não deve ser denominada “fascista”, mas “totalitária”, pois que pratica o enfraquecimento do estado (conforme receita do *Consenso de Washington*), o *entreguismo* do patrimônio nacional, e não o “nacionalismo” (como teria se dado no fascismo clássico ítalo-germânico, da primeira metade do século XX). Contudo, nesse quesito – secundário para o cerne de seu artigo –, parece-me que a engajada filósofa e mestra, cuja obra muito aprecio, se equivoca.

É certo que há autoritarismos que não são propriamente “fascistas” – caso da ditadura militar brasileira –, posto que não trabalham com o populismo fundado na *irracionalidade*, na *subjetividade tolhida*, mas em intuito de controle das massas utilizam sobretudo a violência bem *objetiva* das armas, a força bruta. Entretanto, há no fascismo elementos “universais”, que nos permitem observá-lo em outros contextos, em outras formas que não estritamente aquelas “clássicas”, da Itália e Alemanha na primeira metade do século XX.

A *forma* fascista da política capitalista surge na *fase imperialista* do capitalismo, sendo usada nos períodos em que a prática *controlada* “eleitoral” – réstia de discurso minimamente “ético” com que se tenta sustentar o termo “democracia liberal” – sai do controle, não mais servindo para os propósitos de lucro do capital.

Como afirma Leandro Konder (2009), em sua *Introdução ao fascismo*, trata-se de um “movimento político de conteúdo social conservador”, sob uma aparência “modernizadora”, com que o sistema enfrenta suas crises sociopolíticas, “servindo-se de mitos irracionistas”, bem como de “procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório”, no sentido de implementar seu projeto “antidemocrático” e “antissocialista”. Mas “nem todo movimento reacionário é fascista” – alguns são meramente despóticos.

O fascismo, propriamente dito, nos momentos de crise da “forma” liberal, apela para o *populismo*; vale-se para tanto da *irracionalidade* humana, das frustrações sociais, das repressões sexuais desde cedo impostas à sociedade: a começar pela criança, reprimida de início pela família, depois pela igreja, a educação autoritária, a mídia – sempre no sentido de “domesticá-la”, em um processo que a torna insegura, obediente – como bem expõe o psicólogo marxista Wilhelm Reich, em sua obra *Psicologia de Massa do Fascismo* (1974). A partir dos instintos reprimidos da população em geral, o discurso fascista opera seus *símbolos*, oferecendo ao humano, diminuído em sua plenitude,

satisfações substitutas, que ajudem a dar vazão à ansiedade, à raiva, aos afetos explosivos guardados dentro de si: frutos podres de desejos não realizados. Assim, a repressão de si mesmo (reiterada pela ação midiática corporativa, pela religião fundamentalista), se transforma em ódio ao *outro*, em violência xenófobo-racial e de gênero, em culpabilização de tudo o que é diferente ou que propõe algo distinto do quadro lastimável que está posto. Para catalisar este movimento, há a figura de um líder *carismático*, um “homem de sucesso”, poderoso, seguro, “potente” – símbolo que religa o ser humano “castrado” a tudo aquilo que ele não pôde nem pode ser. Com isto, a política de *forma fascista*, operada pelo capital, alcança se fortalecer: obtendo um maior controle social da população (ou, mais especificamente, dos *trabalhadores*).

Não obstante, se nos anos 1930 as potências capitalistas estavam em conflito, e o capital ainda tinha *certa* “nacionalidade”, dando espaço para uma aparente e pontual característica “nacionalista” do fascismo, agora a situação é outra. A nova gestão *neoliberal* do capital é “global”, e já não permite tais desavenças internas. O acirramento de disputas internacionais, neste momento de *crise estrutural do capitalismo* (o que afeta inclusive o mundo “não-capitalista”) poderia ter como consequência uma prolongada recessão. Este problema, aliás, já foi colocado pelo conflito comercial entre as duas atuais maiores potências geopolíticas, Estados Unidos e China – além da Rússia, especialmente após a atual guerra deflagrada contra a OTAN em território ucraniano, que vem desestabilizando ainda mais a economia mundial. Vale aqui observar que, embora se possa e deva objetar que a China não é capitalista, mas uma espécie de socialismo em estágio inicial⁶, no entanto, em se tratando do comércio exterior, o governo chinês atua no mercado internacional respeitando ou se *submetendo* às regras impostas pelo capitalismo hegemônico; isto porque *ainda* não tem forças para se impor frente ao *império capitalista unido* que dirige a economia global: o bloco gerido pelos EUA, e que tem como vassalos estratégicos as subpotências europeias e alguns estados satélites (e cujo braço militar é a nuclear e intrusiva OTAN)⁷.

Em seus fundamentos centrais, o fascismo (que chegou a ser *sofisticamente* nomeado, na Alemanha, de “nacional-socialismo”), não é nem propriamente “nacional”, nem muito menos “socialista”. Tais nomes foram usados obviamente com propósitos populistas (assim como suas cores), para se aproximar das massas; mas jamais passaram de um discurso de *fachada*, cujo intuito

6 Veja-se sua distribuição planejada da riqueza interna, ainda que desde sempre sob fortes ataques do “Ocidente” capitalista.

7 É ainda digno de nota que o governo chinês atua no comércio internacional com mais destreza e organização que os próprios países “internamente” capitalistas, dada sua capacidade de planejamento social e regulação da moeda. Por este motivo, aliás, os chefões do “centro do sistema” (dirigido desde Washington, com sedes na Europa-Occidental) querem agora mudar as regras.

foi ocultar um projeto elitista e antipopular. A identificação maior entre os doentes do espírito – seus adeptos – dá-se sobretudo em torno de um falso discurso “patriótico”, com vistas a consolidar projetos capitalistas das classes dominantes (burguesias que podem ser *nacionais* ou *não*). Tais projetos, amparados em narrativas sobre supostos “valores pátrios”, sustentam-se a partir de uma moral conservadora, repressiva, autoritária, sempre com o apoio de elementos irracionais, símbolos vazios relacionados ao vigor, à força, à potência da masculinidade: a tudo, enfim, que inconscientemente lhes falta aos fascistas⁸.

Recordemos: o fascismo é um *instrumento do capitalismo para tempos de crise*. Decerto, no passado, o chamado “fascismo clássico” teve, em certas nações consolidadas (o que não é o caso do Brasil), uma face *parcialmente* “nacional” – ou seja, restrita àquilo que favorecesse as elites “nacionais” –, pois então a empresa capitalista não tinha ainda sua administração unificada, havendo interesses *nacionais* na disputa pela liderança. Porém, esta afirmação do poder da “nação” foi e é uma prerrogativa somente de *potências*. Em estados *periféricos* que não desenvolveram *burguesias nacionais*, *caso das nações latino-americanas, como mencionado, jamais se pôde desenvolver um efetivo “nacionalismo”*. Há quando muito *patriotadas abstratas que, em se observando com atenção, apontam também para valores e interesses de fora (antes o colonizador europeu, hoje, seu sucessor ianque), como demonstrou Caio Prado, entre outros grandes marxistas do século XX (MARTINS-FONTES, 2018)*. Além disso, *como mostrado, no caso do Brasil e parte da periferia do sistema, os fascistas não se identificam com a nação onde vivem, de maneira que o anticientífico discurso “racial” – tão verdadeiro quanto a “planitude” do nosso planeta Terra, ou a imparcialidade jornalística da imprensa corporativa – ganha perigoso protagonismo*.

Cabe, contudo, destacar que, na atualidade, mesmo em se tratando de potências o tal “nacionalismo elitista” que caracterizou (ainda que de modo restrito) o fascismo de outrora, já não tem a mesma presença que antes. Isto porque no capitalismo neoliberal contemporâneo, com regras e finanças praticamente unificadas em âmbito mundial, o grande capital é todo ele *sócio entre si*. Não à toa os grandes bancos e empresas-chave de nações centrais do capitalismo (EUA, Europa, Japão) não quebram: pois sua falência abalaria o andar encadeado, a máquina conjunta do sistema-mercado.

Ainda assim, nas nações dominantes – as que dirigem a “globalização” no sentido das vantagens competitivas de *suas próprias* corporações –, é possível encontrar, mesmo hoje, em *seu neofascismo*, elementos que podem ser tidos como *pretense* “nacionalismo”. Vide D. Trump e suas

8 É bastante simbólico o escândalo de compra de remédios para impotência sexual, *viagra*, pelas Forças Armadas bolsonaristas.

tentativas – em grande medida bravatas fracassadas, pois que contrárias ao capital estadunidense – de protecionismo das “nacionais” corporações transnacionais (o que não significa a *proteção* do povo, ou da “nação estadunidense”).

Já no caso de boa parte da periferia do capitalismo, o velho *novo fascismo* – esta forma autoritária e irracional de *governo neoliberal*, vale repetir – não tem em absoluto um caráter “nacionalista”. Veja-se como exemplo os trâmites explicitamente *antinacionais* com que o juiz-parcial S. Moro, a serviço do capital internacional, derrubou não só a privada a *Odebrecht*, mas a própria *Petrobras*.

Efetivamente, é nítido que na periferia capitalista o fascismo mostra mais *sua cara*. É na crueza das esquinas do capitalismo – como já alertou o genial pensador Florestan Fernandes (1995) – onde se pode, antes e com mais nitidez, observar as consequências desastrosas do atual sistema. Os chamados “progressos do capitalismo”, afirma ele, redundam em um “aumento geométrico da barbárie”, mas esta realidade tem sido subestimada desde nossa perspectiva ainda tão “eurocêntrica” – que até hoje ainda influencia até mesmo socialistas íntegros (como se vê no *eurocentrismo* da posição anti-russa e pró-OTAN de tantos críticos “marxistas”, na atual guerra *entre superpotências* que se desenvolve na Ucrânia).

Do mesmo modo, o fascismo, face grave do *desastre moderno-burguês*, pode também por aqui, na periferia do sistema, ter mais bem verificados seus fundamentos. Em uma nação com um processo de independência tão incompleto como o Brasil (estenda-se à América Latina como um todo), a prática fascista tem de ser – e é – necessariamente diferente. Por estas bandas, a revolução de independência nunca avançou o aspecto da “política formal”, legando ao país uma posição profundamente dependente e subalterna nos âmbitos econômico, militar, geopolítico, judiciário, científico. Que é hoje o *Brasil do futuro*, senão uma nação *piada-pronta* em que as próprias elites do sistema estatal – os altos funcionários judiciários, militares, e os parlamentares –, em conluio com padrões externos e agências de espionagem estatais estrangeiras, sacrificam nosso patrimônio e “nossas” mais estratégicas empresas (de capital majoritário *nacional*) em troca de míseras propinas e premiações-vergonha no vistoso palco exterior. Nossos *capos* da máfia capitalista interna – associados menores do capital internacional – não têm o mínimo interesse em projetos “nacionalistas”; inclusive porque, introjetando historicamente seus papéis de vassalos, vivem das esmolas de sua prática entreguista. De “pátrio” mesmo, basta a camisa verde-amarela, o

“cristianismo” reduzido à proibição do direito de aborto, a narrativa anticomunista, antissocialista, e até mesmo *antirreformista*⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: FASCISMO, ENFERMIDADE DO CAPITALISMO

O fascismo deve ser analisado em sua complexidade de caracteres, como uma enfermidade social – material e do espírito – que, fundada em desatinados misticismos, conduz a atitudes irracionais, violentas, bestiais, desonestas, anticientíficas. E isto, tanto no plano individual, como no social: um modo de comportamento patologicamente covarde que, por temer exageradamente o *outro*, a *força do outro* (que em sua limitação intelectual o fascista praticamente desconhece), o agride por trás.

Individualmente, é um estado de espírito raso, pueril, medroso, desvio psíquico que por vezes degenera para uma perversa situação social envolvendo sadismo, violência, ódio descontrolado. Em casos de crises sociais agudas, torna-se uma prática econômica e de poder político extremamente autoritária, segundo a qual se submete a “totalidade” da sociedade. Trata-se, portanto, de uma das espécies de regime *totalitário*, assim como é totalitário o novo regime capitalista dito *neoliberal* – o que Marilena Chauí afirma já no título de seu mencionado artigo (e isto, com ou sem o tal *teatro eleitoral*).

Como apresentado, o objetivo essencial da “forma fascista” da política comandada pelo capital é a defesa das estruturas cambaleantes do capitalismo em crise, ainda que nesta escalada (que passa necessariamente por elementos irracionais, presentes no imaginário popular e usados para estimular seus afetos mais primitivos), o projeto fascista costume fugir ao controle “racional” de seus *acionistas* ligados ao mercado, causando prejuízos ao próprio capital que o promoveu.

São estes “prejuízos”, aliás, que ora se observam no Brasil, após alguns anos da “aposta” das classes dominantes no *projeto bolsonarista*. Como resultado deste evidente revez, a burguesia começa a mudar sua tática: o que se verifica na *pragmática* diminuição das políticas persecutórias contra o Partido dos Trabalhadores, permitindo-se assim a retomada do projeto político reformista, o que incluiu a libertação do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva, após mais de ano no cárcere, condenado sem provas¹⁰.

9 Caso do golpe de 2016 contra uma presidenta *reformista branda*, que sequer ousou ir além de reformas básicas pré-estabelecidas em acordo com as classes dominantes.

10 É importante pontuar que: o PT é o único partido não plenamente alinhado com o capital, que tem possibilidades de alcançar a importante *parcela de poder* que é a presidência da República; a condenação de Lula foi feita sem fundamentos (havendo inclusive motivações particulares do juiz envolvido, depois declarado “parcial”), julgamento que seria mais tarde admitido como injusto e revertido pelo Supremo Tribunal Federal (órgão que, no entanto,

Um exemplo da caótica *fuga de controle* – típica do fascismo, posto que projeto em ampla medida “irracional” – é o que presenciamos agora na Amazônia, mais e mais dilacerada a cada estupidez do “Nero vira-lata” que ocupa o posto *jogral* no governo. Como hoje é público e bem-sabido, o ultradireitista – *fascista* – brasileiro foi “eleito” mediante um prolongado golpe de estado, trama complexa que em sua frente midiática contou, desde o princípio, com o apoio da imensa máquina de propaganda das transnacionais de comunicação (com destaque para as *corporações europeias* ligadas aos membros do G7 e OTAN: *BBC, EFE, Reuters, AFP, Figaro, El País*). Tais empresas, patrocinadas ou pertencentes às potências da União Europeia e EUA (governos que vêm questionando a “capacidade brasileira de gerir a Amazônia”) atuam, cada vez mais íntimas, junto às opiniões públicas de territórios nacionais periféricos (todas já com edições, senão em português, ao menos em castelhano).

Curiosamente, desde o começo do golpe, estas corporações apoiaram abertamente a “primavera latino-americana”, armação focada na nossa espetacular “luta contra a corrupção” – em verdade, uma sabotagem da ascensão do reformismo nacionalista que se gestava por aqui. Seus editoriais, durante vários anos saíram sempre na franca defesa do enfraquecimento de nossos estados nacionais (e em prol do fortalecimento de seus próprios *estados fortes*). Assim, de arautos da liberdade contra a “ditadura” de Chávez (eleito e reeleito), esses conglomerados europeus passaram então à crítica severa do “populismo” (eleito e reeleito) dos Kirchner, até chegarem, quando sentiram espaço para isso, à desaprovação dos “desvios pessoais” do (eleito e reeleito) lulismo. Em suma: promoveram passo a passo um interesseiro manifesto midiático (que com o tempo ganhou ares de “verdade absoluta”) contra o poder eleitoral desta tendência nacionalista e reformista que crescia na América: não subalterna aos desígnios da OTAN e voltada à Eurásia, desejosa de se ver livre dos EUA, e à revelia da Europa Ocidental enfraquecida.

Com efeito, a aliança dos BRICS fez tremer a UE e os EUA, ao encarnar o poder desse projeto por maior autonomia nacional (por uma real *independência*) e pelo enfrentamento do G7 (em benefício da multipolaridade geopolítica).

A lenda fascista da “raça superior” (presente também em tantas religiões que vêm sendo esquecidas pelos deuses), decerto continua a existir como parte central deste dogma perverso: doutrina pautada não só pela ausência de *alteridade*, mas por cultuado ódio ao *outro*, pela

participou do golpe de estado de 2016, mas que após a verificação de seu fracasso socioeconômico e político, retrocedeu na sustentação do projeto golpista).

culpabilização daquele que é diferente, a quem se culpa pelos próprios fracassos “pessoais” – induzidos pelo sistema.

Entretanto, no Brasil, e em tantas nações inconclusas como a nossa, cuja independência nunca passou de mera formalidade política, esses “escolhidos” do sistema nada têm de “nacionalistas”, posto que nossa *classe dominante* – o seio em que procriam tais pulhas –, é *apátrida*: brasileira somente de nascença, por acaso, por “azar”, e quem sabe pela “seleção de futebol”, mas sempre que possível em busca de uma *segunda nacionalidade* que a alije ainda mais do povo, mestiço, negro, indígena, a que despreza e com o qual nunca se identificou, espelhando-se sempre no fenótipo e cultura europeus, como já o mostraram pensadores como Mariátegui e Caio Prado.

Deste modo, a pretensa “superioridade vital” do fascista, o *messias* momentaneamente eleito da “religião” do capital, é um dogma que se mantém. Porém, no Brasil, e nas demais semi-nações periféricas – estados *incompletos*, tolhidos no processo de sua emancipação nacional –, esta “irmandade” que identifica os fascistas não se dá com relação à “nação”, mas com aqueles que lhes parecem “mais brancos” do que ele, ou seja, com os que vêm de fora, da “gringa”, como se diz no jargão popular. Jamais com o “povo” brasileiro.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. “Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo”. Em: **A Terra é Redonda**, 06 out. 2019. Disp. em: aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo. Acesso: 16 out. 2019.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARIÁTEGUI, José Carlos. “Punto de vista antiimperialista” [1929]. Em: Löwy, M. (org.). **El marxismo en América Latina**. Ciudad de México: Era, 1980.

MARTINS-FONTES L., Yuri. **Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui**. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2018.

MARTINS-FONTES L., Yuri. “Crise da modernidade em perspectiva histórica: da experiência empobrecida à expectativa decrescente do novo tempo”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 31, 2019. Disp.: www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1474. Acesso: 25 abr. 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massa do fascismo**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

NEOFASCISMO, FORMA POLÍTICA DO CAPITALISMO EM CRISE: antinacionalista, neoliberal,
racista
Yuri Martins-Fontes

FERNANDES, Florestan. “**Significado atual de José Carlos Mariátegui**”. Coleção Princípios, n.35, 1994-1995. Disponível: grabois.org.br . Acesso: 7 dez. 2013.

NEOFASCISMO, FORMA POLÍTICA DO CAPITALISMO EM CRISE

El movimiento ProVida en México y la política de la reacción

The “ProVida” movement in Mexico and the politics of reaction

Pilar Godínez Mejía¹

Resumo

El presente artículo busca caracterizar las recientes movilizaciones de los grupos provida en México, entendiendo sus acciones e ideas como parte de una política de la reacción. Este es un concepto retomado y pensado desde las ideas de Antonio Gramsci, quien analizó en los Cuadernos de la Cárcel la forma de la acción política de la iglesia católica institucional. El artículo parte de la etnografía de las protestas del 03 de octubre en la Ciudad de México, encuentra continuidades históricas entre la doctrina institucional de la iglesia y los posicionamientos de derecha en la actualidad. Además, como parte de una teorización necesaria, se inicia una reflexión sobre los conceptos fundamentales de estas doctrinas en constante disputa: mujer, vida y familia.

Palavras-chave: Política de la reacción, provida, México.

Abstract

The following article describes recent prolife mobilizations in Mexico City, understanding these actions as reactionary politics. Reactionary politics is a conception made from the Prison Notebooks, where Gramsci defines and categorize catholic institutional politics. Ethnography was the methodological approach to the protests in October 3trd 2021, and the after analysis confirm a historical continuity between the catholic politics and the political thinking of the right-wing organizations. A debate on fundamental meanings of ‘woman’, ‘life’ and ‘family’ as concepts and political theory is started in this paper.

Keywords: Reactionary politics, prolife, Mexico.

¹ Mestre em Sociologia Política pelo Instituto Mora e pesquisadora do PRONACES no Programa Universitário de Estudos sobre Democracia, Justiça e Sociedade. Seus temas de pesquisa estão relacionados aos povos indígenas e ao Estado integral no México, ideologias e intelectuais, bem como segurança e reintegração social.

INTRODUÇÃO

El pasado 3 de octubre de 2021 en la ciudad de México, se llevó a cabo una movilización social donde la demanda principal, a favor de la mujer y de la vida, poco tenía que ver con las recientes olas de organización política masiva de las mujeres. Se trató de una concentración pro-vida, donde los sectores más conservadores de la sociedad mexicana se dieron cita. Aunque se trató de una marcha numerosa cuyos contingentes provenían de diferentes partes del país, en un acto claro de demostración de fuerza, la pregunta sobre su influencia en la política nacional se abre a debate.

Por un lado, esto fue reacción a la resolución de la Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN) sobre la despenalización del aborto en Coahuila², estado fronterizo de la federación, que ha sentado un importante precedente a nivel nacional para el acceso a la intervención legal del embarazo.

De inmediato, organizaciones civiles y religiosas, escuelas, institutos, colectivos y organizaciones de la sociedad civil se posicionaron para condenar la resolución, apelando a la defensa de la vida, la familia y la moralidad social. Convocaron a una marcha pacífica el domingo de 3 de octubre -casi un mes después de la histórica sentencia- para hacer valer su opinión y la voz de las mujeres a las que representan. Esta marcha fue realizada por un sector de la sociedad que se considera “tradicionalmente apático”. Sin embargo, movilizaciones como estas demuestran que tienen un grado de organización alto, sobre todo en el terreno civil. Además, buscan intervenir en los espacios de gran política, y reproducen ideas que están en constante tensión y disputa, como la definición de familia, vida y mujer.

Este artículo presenta algunas reflexiones preliminares para pensar de forma teórica estos fenómenos políticos. A partir del seguimiento previo y observación participante de la “Marcha por la familia y por la vida”, que es parte de una investigación colectiva más grande³. El objetivo es caracterizar los conceptos en disputa ya mencionados -familia, vida, sociedad y libertad- e identificar continuidades históricas a partir de la noción de “política de la reacción”, que a su vez

² En México, siete entidades federativas han legalizado el aborto hasta las 12 semanas de embarazo. Las demás legislaciones suelen tener como consecuencia penal hasta 6 años de cárcel, tanto para la mujer, como para sus acompañantes o personal médico.

³ Estas reflexiones son parte del proyecto PRONACES-CONACYT “Democracia, culturas políticas y redes-socio digitales en México en una era de transformación social” del PUEDJS-UNAM.

retomo de la obra de Antonio Gramsci y sus apuntes preliminares para pensar el papel de la iglesia, especialmente el Vaticano, en la generación de una politicidad reaccionaria.

LA POLÍTICA DE LA REACCIÓN

Llamo “política de la reacción” a un conjunto de discursos y estrategias que se manifiestan a partir de los cambios políticos y culturales que organizaciones y sectores de la sociedad, tradicionalmente relacionados con la derecha en México, realizan para comunicar sus planes y proyectos de acción. Estas estrategias, están mayormente influenciadas por la doctrina social del Vaticano, y reproducen como parámetro de explicación y organización del mundo social, sus convenciones y doctrinas. Antonio Gramsci, en ese sentido, adelanta una reflexión cultural y política desde su óptica, plasmada en los “Cuadernos de la cárcel”, y no desestima como dogma de vida la influencia del Vaticano en la sociedad italiana, sino que lo ve como un poderoso criterio de verdad. Establece lo que es verdadero y deseable en una sociedad; genera una conexión moral que se torna política al educar a las masas, pues el Vaticano es su propio Estado (Gramsci, 1981).

A propósito, se puede encontrar en sus notas y análisis razones argumentos para no subestimar la capacidad que tiene el catolicismo oficial para hacer universal la creación intelectual y el razonamiento particular de una élite como lo son los jefes de la iglesia. Estas son difundidas a partir de la doctrina, de la ceremonia, los sacramentos y el trabajo colectivo. Un ejemplo de ello, es la superioridad que clama la iglesia sobre la ley civil; las creaciones históricas de la sociedad moderna, como las instituciones y el mismo Estado-nación no forman parte de la ley superior del catolicismo. Es decir, hay una moral que supera toda creación colectiva:

Para el catolicismo, la que se llama ‘Sociedad civil’ en lenguaje hegeliano, no es ‘necesaria’, o sea, es puramente histórica o contingente. En la concepción católica, el Estado es sólo la iglesia, y es un estado Universal y sobrenatural: la concepción medieval en teoría, se mantiene plenamente (Gramsci, 198 4:29)

Esto implica, por un lado, que la iglesia es un sujeto político, pues tiene una influencia y poder de convocatoria que otras formaciones sociales tardan en consolidar. Durante el siglo XX, partidos y organizaciones políticas utilizaron como criterios de verdad y autoridad la filosofía de la iglesia católica, sobre todo a partir de la publicación de la *Rerum Novarum*. En su momento, Gramsci identificó dicha forma de hacer política en la Acción Católica, el Partido de Acción y el Maurracianismo, grupos emparentados con la derecha de su época, que más adelante van a formar parte de las bases sociales del fascismo, aunque van a buscar diferenciarse de ello durante la posguerra.

Gramsci advierte una forma de comunicar estas ideas a la sociedad, bastante particular: en sus discursos, recurren al empirismo, a universalizar situaciones particulares y a utilizar como criterio de autoridad el criterio explicativo “universal” de la iglesia católica⁴. No profundizan en causas, sino que apelan a la tradición y las convenciones de sentido común convertidas en cultura.

Si entendemos a la política como una forma colectiva de organizar, representar y educar a la sociedad, podremos encontrar, en lo general, ciertas continuidades en esta forma de hacer política a casi 80 años de distancia de las reflexiones de Gramsci. Primero, busca organizar y representar a la sociedad: tiene como estrategia discursiva la articulación de discursos que presumen científicos (aderezados, sí con datos de estudios realizados a propósito) y moralmente correctos (desde su forma particular de concebir categorías generales-universales). Segundo, su estrategia es la de escandalizar, declarar una “guerra cultural” de derechos de las mayorías amenazados por una minoría. Esto es bien caracterizado por Guillermo Romero cuando analizó al mismo grupo político en Argentina: se trata de una estrategia de ataque y confrontación directa al cambio (Romero, 2021).

La política de la reacción no es sólo una forma de hacer ruido en el ya de por sí confuso campo discursivo de la política, sino que también es una forma de reproducir y organizar acciones de impacto en las bases de los movimientos pro-vida y de derecha. Es decir, es una forma de reproducir lo que consideran correcto y universal dentro de estos grupos, con la intención de hacer públicos sus discursos y proyectos y además, desmarcarse de la política tradicional, es decir el sistema de partidos. En ese sentido es que marchan, organizan foros, conversatorios, talleres de formación, invocan las libertades fundamentales como razón última de sus acciones, convocan a actrices, actores, cantantes, madres, padres de familia y sacerdotes en su calidad de ciudadanos preocupados por los cambios sociales.

En ese sentido, la política de la reacción no se esconde, parten de la idea del marketing político y por lo tanto apelan a una conexión emocional con sus destinatarios, que puede ser momentánea y cuyo objetivo es volverla orgánica, si no es que ya existe en esa forma en los grupos sociales de los que es destinataria. Es recuperación histórica y capitalización de temores sociales cuyo fundamento existe en casos excepcionales pero reales. Se organizan desde la sociedad civil institucionalizada, que les permite acceder a una plataforma de recursos económicos y de conexiones directas con los órganos legislativos y de gobierno del Estado. Su influencia en dichos órdenes de gobierno no es automática, y tienen que actuar a partir de las acciones de los demás

⁴ Comillas más.

sujetos sociales que buscan un espacio de influencia directa en el Estado, aunque su principal aliado, es el Vaticano a través de la Conferencia del Episcopado Mexicano (CEM)⁵.

En años recientes, y con la dinámica avasallante que implican las redes sociales y el internet, donde las categorías de análisis parecen vaciarse, estos grupos de la política de la reacción buscan insertarse en la “nueva radicalidad”; una inversión de lo que significa ser oposición y disidente. Por ejemplo, ahora la norma es estar de acuerdo con lo que antes era “anormal”, como las identidades no binarias, por lo tanto ahora son los nuevos radicales que buscan no perder la continuidad entre lo tradicional y lo conservador, a partir de lo que consideran argumentos y hechos fundacionales de la sociedad.

En el caso de los movimientos ProVida en México, se distinguen tres categorías fundamentales en su discurso y acciones: la familia natural (La cuál entienden desde una concepción biologicista y eclesiástica de la familia), el rol social de la mujer como madre y trabajadora (aunque reconocen que el rol se amplió) y la cuestión del derecho a definir lo que es considerado como vida. Al igual que en otras partes de América Latina, los argumentos morales-políticos se tornan en argumentos científicistas-políticos, en el sentido en que la ciencia es válida siempre y cuando no contradiga lo que el dogma establece. A partir de este binomio, un criterio de verdad actualizado, ciencia-religión, es creado.

IGLESIA, SOCIEDAD CIVIL Y VIDA

Para el análisis preliminar de la marcha por la mujer y la vida, los esfuerzos se concentraron en caracterizar los discursos del comité organizador, sus declaraciones y las publicaciones realizadas con el hashtag oficial #MeLateElCorazón. Para ello se conformó un corpus hemerográfico y audiovisual procesado con el software Atlas.ti, cuyo campo semántico preliminar confirmó la presencia viral de las tres categorías en disputa: familia natural, mujer y vida. Viral, porque a semejanza del biológico, estas tres palabras estaban por todas partes: en algunos casos más racionalizados que en otros, aunque la función es clara; tener presencia permanente y pública en las redes sociales.

Particularmente en Twitter que es una plataforma con reglas menos estrictas sobre lo que se puede publicar y circular, lo que provoca que en cuestión de minutos, cierto espacio de la red

⁵ La Conferencia del Episcopado Mexicano es el órgano de la iglesia católica que opera la doctrina social de la iglesia. Está organizada a partir de ejes temáticos de trabajo que abarcan las diferentes dimensiones de la vida social pública y privada. Generan investigación y programas y proyectos asistenciales.

esté saturado con todo tipo de contenido. YouTube ofreció también un espacio de generación de contenido que no tiene las barreras de los 140 caracteres, y tiene la ventaja adicional de convertirse en material de acceso público.

Durante la marcha fueron recolectadas muestras fotográficas de carteles con consignas políticas-religiosas, e imágenes de la intervención a los espacios públicos, realizada principalmente por jóvenes. Como seguimiento, se realizó una selección de notas periodísticas que reportan las declaraciones llevadas a cabo durante el mitin, y la capitalización posterior que se hiciera de esta marcha.

El interés en un primer momento, era indagar la influencia de la iglesia católica, personificada en la Conferencia del Episcopado Mexicano, y observar las estrategias de comunicación y difusión de las ideas de las organizaciones participantes en la marcha. Nos encontramos con algunas particularidades y algunas semejanzas con sus homónimos de otros países, como Argentina (Romero, 2021; Vaggione, 2012) o Ecuador (Viteri, 2015) Y sorpresivamente con los repertorios de protesta de otros grupos políticos que no se reivindican provida, como veremos más adelante.

El mensaje principal de la marcha, “Por la mujer y por la vida” fue clarificado en una conferencia de prensa cuyas convocantes fueron 4 mujeres con trayectorias largas dentro del activismo provida, incluso ligadas al gobierno estatal del estado de Veracruz, en el sur de México. Su discurso estaba enmarcado en los derechos de la ciudadanía a manifestarse a favor de las causas que mejor representan los intereses de la mayoría de la población y la demanda a las autoridades civiles del Estado para proveer de soluciones reales a las mujeres de México.

Estas “causas”son la partícula a entender y rastrear en todo discurso provida, y el agente de cohesión para estas organizaciones. En este caso, tiene dos temas principales: primero, el respeto a una forma de maternidad que a pesar de los cambios sociales pueda quedar intacto; la mujer cuidadora, hada del hogar, reproductora de la vida moral de las sociedades modernas. Y el segundo, la defensa de la vida desde su concepción, hasta su muerte natural.

Curiosamente, durante la marcha la categoría de familia natural no fue uno de los ejes del mensaje, lo cual podría deberse a que esta categoría está más bien reservada a propósito de los derechos sexuales y reproductivos de la comunidad LGBT. Aunque sí forma parte de las causas de organizaciones convocantes, como el Frente Nacional por la Familia, que organiza talleres y conferencias acerca de la naturaleza de la unidad fundamental de la sociedad, que a su juicio es la familia avalada por la iglesia institucionalizada.

¿Es este un ejemplo de política de la reacción? Veamos. Por un lado, el discurso previo a la marcha se plantea como un razonamiento fundamentado en el dogma de la iglesia católica para definir el inicio de la vida, y la defensa pacífica de esa idea por las y los ciudadanos que buscan un acuerdo nacional donde todos los sectores de la población sean parte de la propuesta:

las recientes resoluciones de la Suprema Corte de Justicia nos motivan a lanzar un compromiso de todos los mexicanos, de la comunidad académica, de los partidos políticos, de los funcionarios públicos, de las religiones, de las organizaciones civiles y de la sociedad en general (A favor de la mujer y de la vida, 2021)

Se presentan como una forma alternativa y apolítica de organización de la sociedad civil, donde todas las corrientes pueden tener cabida en dicho movimiento, incluso abogan por una solución no punitiva para las mujeres que han tenido que abortar. ¿De qué forma respaldan su proyecto inclusivo? A partir de la experiencia personal y particular: una de las convocantes, una activista de larga trayectoria cuenta su experiencia particular como un ejemplo de superación a la adversidad, que demuestra cómo las mujeres pobres, indefensas y sin apoyo familiar pueden sobreponerse a la situación de un “embarazo inesperado” (SIC). esta evidencia empírica se convierte en opción universal cuando destacan el papel que las organizaciones de la sociedad civil como formas de apoyo a las mujeres embarazadas al realizar proyectos de apoyo subsidiario a las mujeres como individuos (A favor de la mujer y de la vida, 2021).

De este modo, secularizan el discurso dogmático y lo convierten en razón social: solidaridad para las mujeres que han tenido que abortar, apoyo temporal para las mujeres que deciden llevar a término su embarazo -aún en situaciones límite como los abusos sexuales o la violencia intrafamiliar- Este apoyo tiene una forma integral, pues argumentan que la falta de oportunidades es el verdadero origen de la necesidad del aborto. Esto implica, políticamente, que reconocen el valor de que lo personal sea político. Pero esa forma política es institucional, temporal y asistencial, limitada. La autonomía de la mujer está limitada por las posibilidades de la sociedad civil y del Estado, no porque no se pueda cambiar o revolucionar, sino porque así existe.

A propósito el siguiente tweet, posterior a la marcha, donde las mujeres y la vida son los dos sujetos que se quieren proteger. Llama la atención la urgencia a establecer “opciones reales”, palabras que también fueron parte del discurso de las convocantes a la marcha:

Jalisco ya ha demostrado en varias manifestaciones que se busca proteger la vida . Hagámosle saber a estos diputados de la LXIII (24 mujeres y 14 hombres) que

queremos opciones reales para mujeres. Acabar con vida del hijo nunca será una opción positiva. (@accion_Voz, 2021)

Se observa también una valoración desde la organización que emite el mensaje: el aborto no es una opción positiva, pues niega la vida de aquellos que aún no han nacido. Ahí es donde la definición de lo que podemos llamar vida cobra un significado político para estas organizaciones, y nos devuelve a las reflexiones clásicas sobre la interrupción del embarazo y la autonomía de las mujeres: ¿Quién decide cuándo comienza y termina la vida? ¿Por qué no puede ser una decisión de la persona gestante? En otro momento, en las pancartas de la marcha del 3 de octubre, se lee:

SRES MINISTROS LA OBJECCION DE CONCIENCIA EMPEZÓ CON USTEDES. SI	NO TENEMOS CONCIENCIA PARA QUE QUEREMOS LEYES
--	---

Más allá del evidente descontento, encontramos que existe una apelación a parámetros morales que van más allá o superan a la razón jurídica y de Estado. Reaccionan a las propuestas de las instituciones federales, a las propuestas de otros activistas y defensoras del derecho a la autonomía de las mujeres. Buscan la conexión entre la profunda raíz católica y lo que se debe hacer para defender las dos vidas y así lo evidencian las pancartas con imágenes religiosas, la presencia de sacerdotes, seminaristas, en menor medida monjas y novicias. Oraciones creadas exclusivamente para la manifestación y el reparto de cédulas y trípticos con información sobre el aborto producida desde las parroquias.

En ese sentido, llamaba la atención el poco interés de los contingentes de la marcha por interpelar a los transeúntes o visibilizarse como parte de un movimiento social. Por otro lado, la organización de la marcha presumida como ciudadana, apolítica y sin fines de lucro fue evidenciada por una contradicción visible al contraste entre la convocatoria y la acción; por un lado, las consignas y los símbolos llevados por los contingentes mostraban la intervención del CEM, y el financiamiento de los Knights Of Columbus, conocidos por respaldar económica e incondicionalmente al Vaticano a nivel internacional. La influencia de la marcha queda cuestionada por la presencia mayoritaria de manifestantes de otras entidades de la república, destacando las

delegaciones de Veracruz, Puebla y Jalisco. El Frente Nacional por la Familia fue otra de las delegaciones más numerosas, y convocantes de la movilización.

Existe también, otro detalle en el tipo de política de la reacción manifestado durante la marcha: la relativa juventud de los activistas y asistentes a la marcha, sobre todo entre los sectores estudiantiles de universidades privadas y ONG's, así como la apropiación de repertorios de protesta utilizados comúnmente en las movilizaciones de izquierda.

Sublevados, una plataforma de jóvenes influencers fundada por un catedrático de la Universidad Anáhuac con nexos directos con VOX y CitizenGo! de España⁶, se adjudicó la intervención al espacio público, a la manera del uso de las consignas y las pintas políticas en las marchas de jóvenes de izquierda. Dichas intervenciones consistieron en la pega de calcomanías gigantes en paradas de autobús y en los antimonumentos erigidos por organizaciones feministas y de padres de familia que buscan justicia por víctimas de feminicidios y de infanticidios. Además del cambio de pañuelos en las estatuas de algunas periodistas y escritoras en la avenida Paseo de la Reforma, del verde pro-aborto al celeste pro-vida.

Los mensajes de estas calcomanías y de muchas pancartas llevadas por jóvenes, sobretodo en edad universitaria, tienen el patrón clásico del mensaje de la política de la reacción; directo al espectador, tuteando al lector, conectando directamente lo moral con lo político y cotidiano, y además, modificando algunas de las consignas clásicas de los movimientos de izquierda:

¿A LOS CUÁNTOS ABORTOS SE SOLUCIONA LA POBREZA? #OlaCeleste	CUANDO LA MUERTE ES LEY, DEFENDER LA VIDA ES REVOLUCIONARIO #OlaCeleste
--	---

Esto nos debe remitir a los referentes de dichas organizaciones. Como bien lo han señalado Romero (2021) y Rabbia (2022) El gran referente de las organizaciones provida es el Vaticano. Sin embargo, también hacen eco de referentes aparentemente seculares, referentes que tienen una proyección atractiva para nuestra época, que han sabido capitalizar las redes sociales y establecer estrategias a partir de los algoritmos y las tendencias de Twitter, YouTube y TikTok. Se trata de

⁶ Al respecto se pueden consultar algunos trabajos de índole periodística, como entrevistas directas con el mencionado Pedro Cobo (Julio Astillero, 2021). Esto también forma parte del itinerario de investigación, la caracterización de los intelectuales orgánicos de estos movimientos y la forma de difusión de estas ideas en las universidades.

académicos jóvenes, con discursos y retóricas actualizadas, alejadas de las formas tradicionales de hacer política: Agustín Laje, Gloria Álvarez, en México las organizaciones han convertido a actores y actrices en sus voceros, y al hacerlo, han vaciado y llenado de nuevo el significado de intelectuales masa al que en algún momento también alude Gramsci.

CONCLUSIONES PRELIMINARES

Este breve artículo muestra una teorización de rango corto al abordar una movilización provida de forma integral a partir del análisis del discurso y la observación participante. Caracteriza algunos de sus elementos de política de la reacción como ejemplo de una forma de politicidad que se funda en el conservadurismo y el pensamiento del Vaticano sobre los derechos humanos y las categorías de mujer, vida y familia. ¿Por qué no utilizar la teorización y definición clásicas de conservadurismo religioso y derecha? Mi reflexión pretende caracterizar una forma particular del siglo XXI de esos grupos que han sabido mantener proyectos políticos históricos, en constante disputa. Señalar sobre todo, el carácter reaccionario de sus movilizaciones, ante los cambios que tratan de impulsar otros sectores de la sociedad civil.

Evidentemente estos movimientos y grupos organizados, forman parte del espectro de la derecha de la política entendida como un espacio integral. Donde se puede observar una capacidad considerable de organización y la recuperación de categorías en constante disputa, como lo son familia, vida y mujer. Quizá son anticuadas para un sector de las organizaciones que ya no las piensan en términos naturales, o individualistas, o biológicos. Sin embargo estos discursos tienen eco en las redes sociales y el internet, medios que se volvieron la forma de socialización principal durante la pandemia de COVID 19 y hay que dar en el clavo a su justo valor en la postpandemia.

En ese sentido, me interesa establecer líneas de profundización para investigaciones posteriores. En el plano discursivo es importante explorar y caracterizar la influencia y las estrategias discursivas y semánticas de los referentes teóricos y filosóficos a los que aluden en sus consignas, símbolos y recursos audiovisuales en las redes sociales. Así también identificar a los intelectuales, entender la conexión entre estos y las estrategias de difusión y creación de contenido.

En el plano político, es importante no subestimar su influencia y rol al interior de los bloques organizados de las derechas, sobre todo en los partidos políticos, que son los que tienen capacidad de gobierno e implementación de políticas públicas. Estrategias como la apropiación de los referentes de las izquierdas hablan de una constante adaptación, que nos debe sorprender, pues

habla de un cambio generacional y de las posibles formas políticas del futuro. Entender su relación con las redes sociales, los jóvenes, y las conexiones internacionales regionales y mundiales nos permitirá entender el tipo de proyecto político que pretenden esbozar.

BIBLIOGRAFÍA Y REFERENCIAS

ASTILLERO, Julio. **AMLO da atole con el dedo a las feministas y eso me encanta**: Pedro Cobo, dirigente conservador disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=nJ7vVtmpdJw> Consultado el 01/04/2022.

BARRAGÁN, Almudena. y MORÁN Carmen. México despenaliza el aborto tras una decisión judicial histórica, **El País**, México. Disponible en: <https://elpais.com/mexico/2021-09-07/la-suprema-corte-de-mexico-despenaliza-el-aborto.html> Consultado el 01/04/2022.

DE LA TORRE, René. Genealogía de los movimientos religiosos conservadores y la política en México. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, 22, (2020), disponible en: <https://doi.org/10.20396/csr.v22i00.13753> Consultado el 01/04/2022.

GRASMCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel**, Primera edición, Vol. 3, Cuaderno 6, Ediciones Era, 1984, pp. 28-29.

RABBIA, Hugo. Movilizaciones religiosas conservadoras en Argentina: La campaña de municipios y provincias provida. Iztapalapa. **Revista de ciencias sociales y humanidades**, 43(92), 111-146, 2022 <https://doi.org/10.28928/ri/922022/atc4/rabbiah>.

RAMOS, David, Aborto en México: Marcha A favor de la mujer y de la vida será el inicio, aseguran. **ACIPRENSA** Disponible en: <https://www.aciprensa.com/noticias/marcha-a-favor-de-la-mujer-y-de-la-vida-en-mexico-sera-solo-el-inicio-aseguran-62742> Consultado el 01/04/2022.

ROMERO, Guillermo. Orden, familia y educación sexual. Análisis de la trama de sentidos en torno al movimiento #CONMISHIJOSNOTEMETAS en Argentina. **Revista Cultura y Religión**, XV(1), 75-107, 2021. Va_enAccionVoz. Jalisco ya ha demostrado en varias manifestaciones... [Tweet]. @accion_voz. https://twitter.com/accion_voz/status/1456285427099312138 Consultado el 01/04/2022.

Rueda de prensa. Anuncio de la Marcha Nacional A Favor de la Mujer y de la Vida. **A favor de la mujer y de la vida.** (2021, septiembre 26). Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=EV9n_yGMe7M Consultado el 01/04/2022.

VAGGIONE, Juan Marco. La «cultura de la vida»: Desplazamientos estratégicos del activismo católico conservador frente a los derechos sexuales y reproductivos. **Religião & Sociedade**, 32(2), 57-80. 2012, <https://doi.org/10.1590/S0100-85872012000200004> Consultado el 01/04/2022.

VITERI, Soledad **Actores del aborto: Estado, iglesia católica y movimiento feminista**, 2015, Ecuador, 275, Doctorado, FLACSO-ECUADOR.